NELSON EIZIRIK

**A LEI DAS S/A
COMENTADA
VOLUME IV
ARTS. 206 A 300**

2ª EDIÇÃO

REVISTA E AMPLIADA

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL
SÃO PAULO, 2015
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

EMPRESA BRASILEIRA, FUNDADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2001

RUA SANTO AMARO, 316 - CEP 01315-000

VENDAS: FONE (11) 3101-5780

EMAIL: quartierlatin@quartierlatin.art.br

SITE: www.quartierlatin.art.br

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL
RUA SANTO AMARO, 316 – CENTRO – SÃO PAULO

COORDENAÇÃO EDITORIAL: VINICIUS VIEIRA

PRODUÇÃO EDITORIAL: JOSÉ UBIRATAN FERRAZ BUENO

DIAGRAMAÇÃO E FINALIZAÇÃO: EDUARDO NALLIS VILLANOVA

REVISÃO GRAMATICAL: TARSILA NASCIMENTO MARCHETTI

PROJETO GRÁFICO DE CAPA: INVENTUM DESIGN

EIZIRIK, NELSON. A LEI DAS S/A COMENTADA. VOLUME IV – 2ª
EDIÇÃO REVISTA E AMPLIADA – ARTIGOS 206 A 300. SÃO PAULO:
QUARTIER LATIN, 2015.

ISBN 85-7674-803-7

1. DIREITO COMERCIAL. 2. DIREITO SOCIETÁRIO. I. TÍTULO

ÍNDICES PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO:

1. BRASIL: DIREITO COMERCIAL
2. BRASIL: DIREITO SOCIETÁRIO

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

COLABORADORA NO VOLUME IV:

ANDREA BRAGA

COLABORAÇÃO DE VINÍCIUS AVERSARI MARTINS
(ARTIGOS 247 A 250)

CAPÍTULO XXVI
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, 551

Art. 295.....	551
Art. 296.....	551
Art. 297.....	552
Art. 298.....	553
Art. 299.....	554
1. Legislação sobre incentivos fiscais	554
Art. 299-A.....	555
1. Ativo diferido	555
Art. 299-B.....	556
Art. 300.....	557

CAPÍTULO XVII

DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO

SEÇÃO I

DISSOLUÇÃO

“Art. 206. Dissolve-se a companhia:

I – de pleno direito:

- a) pelo término do prazo de duração;
- b) nos casos previstos no estatuto;
- c) por deliberação da assembleia geral (artigo 136, X); (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)
- d) pela existência de 1 (um) único acionista, verificada em assembleia geral ordinária, se o mínimo de 2 (dois) não for reconstituído até à do ano seguinte, ressalvado o disposto no artigo 251;
- e) pela extinção, na forma da lei, da autorização para funcionar.

II – por decisão judicial:

- a) quando anulada a sua constituição, em ação proposta por qualquer acionista;
- b) quando provado que não pode preencher o seu fim, em ação proposta por acionistas que representem 5% (cinco por cento) ou mais do capital social;
- c) em caso de falência, na forma prevista na respectiva lei;

III – por decisão de autoridade administrativa competente, nos casos e na forma previstos em lei especial.”

1. O INSTITUTO DA DISSOLUÇÃO

O capítulo trata de institutos interligados que disciplinam a “morte” da companhia, num processo que usualmente comporta 3 (três) fases distintas: (i) a dissolução; (ii) a liquidação; e (iii) a extinção.

Na economia de mercado, que sempre privilegia a circulação de capitais e bens, não faz sentido que fiquem eles esterilizados em sociedades improdutivas ou sem perspectivas de gerarem lucros; em tais casos, os sócios recorrem à dissolução e liquidação da empresa, para receberem as parcelas que lhes cabem do patrimônio social¹.

Na companhia aberta cujas ações são dotadas de liquidez, o acionista insatisfeito com a gestão ou com os rumos do empreendimento pode vender os títulos no mercado. Já na companhia fechada, tal possibilidade é bastante remota; ou os demais sócios compram a sua participação ao preço que estabelecerem ou o mecanismo de “saída” consistirá na dissolução da sociedade, para que ele possa receber o seu quinhão no patrimônio social. Assim, em princípio, a aplicação das normas que disciplinam a matéria deverá ser mais restritiva no caso de companhia aberta com ações negociadas no mercado secundário, com relação às quais não se presume que a única forma de realização do investimento feito pelo acionista minoritário insatisfeito consista na dissolução da sociedade.

Pode-se conceber a dissolução em 2 (dois) sentidos: (i) o amplo, que compreende uma série de etapas, que vão desde a ocorrência de uma das causas de dissolução até a extinção da pessoa jurídica; e (ii) o estrito, que constitui apenas aquela fase que resulta da presença de uma causa legal ou estatutária de dissolução.

A Lei das S.A., inequivocamente, refere-se ao instituto da dissolução de forma restrita, ao distingui-lo da liquidação e da extinção. Assim, a dissolução constitui uma etapa para a abertura do

¹ MAURO RODRIGUES PENTEADO. *Dissolução e Liquidação de Sociedades*. Brasília: Livraria e Editora Brasília Jurídica, 1995, p. 18.

processo de liquidação, que conduz à extinção da pessoa jurídica². Tanto é assim que a personalidade jurídica conserva-se até a extinção da sociedade, mesmo já estando ela dissolvida (artigo 207). Nem sempre, porém, a dissolução leva a companhia à extinção, podendo os acionistas deliberar a cessação do estado de liquidação (artigo 136, inciso VII). Ademais, há outras hipóteses de extinção da companhia sem que ela passe pelos processos de dissolução e liquidação, como ocorre na fusão, incorporação e cisão com versão total do patrimônio (artigos 227, 228 e 229).

Como o procedimento de dissolução não acarreta necessariamente a extinção da sociedade, no caso de companhia aberta, a deliberação da assembleia geral de dissolver a companhia não importa em “fechamento de capital”, ficando ela, porém, dispensada de prestar as informações periódicas previstas na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários. Por outro lado, a companhia deve prestar à Autarquia e ao mercado as informações referentes ao estado da liquidação, como, por exemplo: (i) atos de nomeação e destituição do liquidante; (ii) quadro geral de credores; (iii) relatório e balanço final da liquidação, com prestação de contas do liquidante; e (iv) ato de encerramento da liquidação³.

A Lei das S.A., no presente dispositivo, divide as hipóteses de dissolução em 2 (duas) categorias: (i) de pleno direito; e (ii) dependente de decisão judicial ou administrativa. A dissolução de pleno direito, que não carece de qualquer manifestação de autoridade judicial ou administrativa, sendo, portanto, seu resultado automático, verifica-se quando: (i) termina o prazo de duração da companhia; (ii) ocorre um dos casos previstos no estatuto; (iii) há deliberação da assembleia geral; (iv) ocorre a unipessoalidade

² Sobre esse assunto ver FRANCISCO SATIRO. “Breves Notas sobre o Estado de Liquidação da Sociedade”. In: Rodrigo Monteiro de Castro e Leandro Santos de Aragão (Coord.). *Direito Societário - Desafios Atuais*. São Paulo: Quartier Latin, 2009, p. 441-453.

³ Arts. 40 e 41 da Instrução CVM nº 480/2009.

por prazo superior ao legal; e (v) extingue-se a autorização para funcionamento. É necessária a decisão judicial nos casos de: (i) anulação da constituição da companhia; (ii) impossibilidade de atingir a companhia o seu o fim; e (iii) falência. Também pode ser dissolvida a companhia por decisão da autoridade administrativa, nas hipóteses expressamente previstas em lei especial. O Código Civil também distingue as causas de dissolução de pleno direito daquelas que dependem de decisão judicial⁴.

A enumeração das causas de dissolução é taxativa, não exemplificativa. Assim, as causas são aquelas previstas em lei ou no estatuto, não se admitindo interpretação analógica ou extensiva. As hipóteses de dissolução de pleno direito são apenas aquelas especificadas nas alíneas do inciso I, não cabendo ao intérprete adicionar outras. A dissolução por decisão judicial deve fundar-se em alguma das situações previstas no inciso II, não podendo o juiz decretá-la com base em causa diversa. Da mesma forma, a dissolução por decisão da autoridade administrativa é vinculada à situação prevista em lei, que constitui o pressuposto da legitimidade do ato⁵.

4 Ver, a propósito, o art. 1.033, alterado pela Lei nº 12.441/2011, e o art. 1.034 do Código Civil, que assim dispõem: “Art. 1.033. *Dissolve-se a sociedade quando ocorrer: I – o vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado; II – o consenso unânime dos sócios; III – a deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo indeterminado; IV – a falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias; V – a extinção, na forma da lei, de autorização para funcionar. Parágrafo único. Não se aplica o disposto no inciso IV caso o sócio remanescente, inclusive na hipótese de concentração de todas as cotas da sociedade sob sua titularidade, requeira no Registro Público de Empresas Mercantis a transformação do registro da sociedade para empresário individual ou para empresa individual de responsabilidade limitada, observado, no que couber, o disposto nos arts. 1.113 a 1.115 deste Código*”. “Art. 1.034. *A sociedade pode ser dissolvida judicialmente, a requerimento de qualquer dos sócios, quando: I – anulada a sua constituição; II – exaurido o fim social, ou verificada a sua inexecutabilidade*”.

5 PAULO PENALVA SANTOS, “Dissolução da Companhia”. In: Alfredo Lamy Filho e José Luiz Bulhões Pedreira (Coord.). **Direito das Companhias**. v. II, Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 1.827.

2. DISSOLUÇÃO DE PLENO DIREITO

A primeira causa de dissolução de pleno direito é a do término do prazo de duração. Como usualmente os acionistas desejam vida longa à sociedade, estabelecem no estatuto que seu prazo de duração é indeterminado, verificando-se, na prática, poucos casos de companhia com prazo determinado. Uma vez que a Lei das S.A. não previu como causa de dissolução o exaurimento do objeto social, em sociedades de propósito específico ou que tenham sido criadas para a prestação de um serviço determinado, recomenda-se a fixação do prazo de duração, para que dúvidas não existam entre os acionistas com relação ao seu término. Uma vez atingido o prazo de duração estabelecido no estatuto, a companhia entrará em dissolução, sob pena de ficar caracterizada a sociedade irregular. Nada impede, porém, que, antes do término do prazo, os acionistas, em assembleia geral extraordinária, deliberem prorrogá-lo ou transformá-lo em indeterminado.

Pode também o estatuto estabelecer determinadas hipóteses de dissolução da companhia. Recomenda-se que sejam elas descritas de forma clara e precisa, uma vez que a dissolução ocorrerá sem necessidade de deliberação da assembleia geral. Embora também não seja comum a previsão estatutária de dissolução, as hipóteses verificadas na prática são: (i) a conclusão de determinado projeto em sociedade de propósito específico; (ii) a verificação de perdas acima de determinado montante, caracterizando a inviabilidade econômica do empreendimento; (iii) o exaurimento do objeto social; e (iv) as causas típicas de sociedades de pessoas, como redução do número de acionistas a menos de um limite determinado, falecimento ou retirada de um dos acionistas.

A terceira causa de dissolução consiste na deliberação da assembleia geral extraordinária especificamente convocada para tal fim, devendo ser observado o *quorum* qualificado (artigo 136, inciso X). O acionista dissidente de tal deliberação não tem di-

reito de recesso, que foi suprimido na reforma instituída pela Lei nº 9.457/1997. A assembleia geral tem o poder discricionário de deliberar a dissolução da companhia; tratando-se de dissolução por vontade dos acionistas, uma vez manifestada por titulares de mais da metade das ações com direito de voto, se maior *quorum* não for exigido pelo estatuto de companhia fechada (artigo 129, § 1º), é plenamente válida, independente da existência de motivos⁶.

Mesmo contendo o estatuto prazo de duração da companhia, pode a assembleia geral deliberar a sua dissolução antes de ser ele atingido, desde que atendido o *quorum* qualificado previsto no artigo 136, dado o princípio essencial de que ela é soberana para decidir todas as matérias de interesse da sociedade (artigo 121).

Há alguns limites à autonomia dos acionistas na deliberação de dissolver a companhia. Tratando-se de companhia próspera, o voto do controlador no sentido de aprovar a dissolução poderá caracterizar abuso do poder de controle (artigo 117, § 1º, alínea “b”). Também pode ficar caracterizada a dissolução abusiva quando o acionista controlador: (i) visa a favorecer sociedade concorrente, na qual tem participação acionária mais relevante; (ii) tem interesse pessoal em beneficiar-se com a repartição dos ativos remanescentes na companhia; ou (iii) encobre manobra destinada a afastar acionistas minoritários indesejáveis (o *squeeze-out*, como conhecido na prática norte-americana)⁷.

Também pode caracterizar abuso do poder de controle a chamada “liquidação de fato”, algumas vezes praticada, entre nós, em que o acionista controlador orienta os administradores a alienar os bens integrantes do ativo social, sem prévia aprovação da assembleia, de sorte que, quando a assembleia deliberar a dissolução, a

6 CARLOS KLEIN ZANINI. *A Dissolução Judicial da Sociedade Anônima*. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 51.

7 CARLOS KLEIN ZANINI. *A Dissolução Judicial da Sociedade Anônima...*, p. 52-53.

liquidação já estará praticamente concluída e o valor das ações dos minoritários poderá ser ínfimo⁸.

A deliberação sobre a dissolução da sociedade é privativa dos acionistas. Assim, embora possam requerer a falência da companhia, não têm os credores legitimidade para pedir a dissolução, uma vez que não possuem qualquer ingerência na administração ou na assembleia geral dos acionistas⁹.

Também constitui causa de dissolução a unipessoalidade, constatada em assembleia geral ordinária, se o número mínimo de 2 (dois) acionistas não for reconstituído até a do ano seguinte. A Lei das S.A. não admite a constituição de sociedade com 1 (um) único sócio, conforme disposição expressa do artigo 80, inciso I. Assim, a alínea “d” do inciso I trata da unipessoalidade superveniente, que decorre da redução do número de sócios a apenas 1 (um). A companhia terá 2 (duas) alternativas: recompor o número mínimo de 2 (dois), até a próxima assembleia geral ordinária; ou proceder à sua dissolução. A Lei das S.A., assim, tolera a unipessoalidade superveniente temporária, tendo em vista o interesse público na preservação da empresa¹⁰.

O dispositivo (alínea “d” do inciso I) não se aplica à subsidiária integral, sociedade cujo único acionista é uma companhia brasileira. A subsidiária integral não se confunde com a sociedade unipessoal temporária, uma vez que nela a unipessoalidade constitui o requisito jurídico de sua existência¹¹.

8 CARLOS AUGUSTO JUNQUEIRA DE SIQUEIRA. *Fechamento do Capital Social - Oferta Pública de Aquisição de Ações e Outras Modalidades*. Ribeirão Preto: Migalhas, 2010, p. 245.

9 MODESTO CARVALHOSA. *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas*. v. 4, t. I, 5ª edição, São Paulo: Saraiva, 2011, p. 72.

10 Sobre a sociedade unipessoal no Direito Comparado e no Direito Brasileiro, ver CALIXTO SALOMÃO FILHO. *A Sociedade Unipessoal*. São Paulo: Malheiros, 1995.

11 Ver os comentários aos arts. 251, 252 e 253 da Lei das S.A.

Constitui, ainda, causa de dissolução de pleno direito a extinção da autorização para que a companhia possa funcionar. Em princípio, o funcionamento das companhias brasileiras independe de autorização governamental. Há, porém, certas atividades econômicas cuja exploração depende de autorização, como, por exemplo: a atuação como instituição financeira; a prestação de serviços de transporte aéreo; a atuação como sociedade seguradora. Também depende de autorização governamental para funcionar no Brasil a sociedade estrangeira¹². A matéria, antes regulada nos artigos 59 a 73 do Decreto-Lei nº 2.627/1940, mantidos em vigor pela Lei nº 6.404/1976, é atualmente disciplinada nos artigos 1.123 a 1.141 do Código Civil. A autorização governamental caduca caso a sociedade não entre em funcionamento em até 12 (doze) meses após a publicação do ato de autorização e pode ser cassada a qualquer tempo pelo Poder Executivo Federal, se a sociedade infringir norma de ordem pública ou praticar atos contrários aos fins declarados em seu estatuto¹³.

A sociedade estrangeira que venha a funcionar no País, diretamente ou mediante filiais ou sucursais, deve ter a indispensável autorização do Poder Executivo Federal^{14,15} (p. 27). É considerada

12 Ver art. 1.134, *caput*, do Código Civil, que assim dispõe: “Art. 1.134. A sociedade estrangeira, qualquer que seja o seu objeto, não pode, sem autorização do Poder Executivo, funcionar no País, ainda que por estabelecimentos subordinados, podendo, todavia, ressalvados os casos expressos em lei, ser acionista de sociedade anônima brasileira”.

13 Os arts. 1.124 e 1.125 do Código Civil assim dispõem: “Art. 1.124. Na falta de prazo estipulado em lei ou em ato do poder público, será considerada caduca a autorização se a sociedade não entrar em funcionamento nos doze meses seguintes à respectiva publicação. Art. 1.125. Ao Poder Executivo é facultado, a qualquer tempo, cassar a autorização concedida a sociedade nacional ou estrangeira que infringir disposição de ordem pública ou praticar atos contrários aos fins declarados no seu estatuto”.

14 O art. 1º do Decreto nº 5.664/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 8.060/2013, que delega competência ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República para autorizar o funcionamento no Brasil de sociedade estrangeira, bem como suas alterações estatutárias ou contratuais, nacionalização e cassação da autorização, estabelece que: “Art. 1º. Fica delegada competência ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, para decidir e praticar os

estrangeira, perante o direito brasileiro, a sociedade que não seja constituída de acordo com as leis brasileiras e que aqui não tenha a sede de sua administração, pouco importando a nacionalidade de seus acionistas. O “funcionar” significa o exercício da atividade empresarial tendente à realização do objeto social¹⁶. O Poder Executivo tem poder discricionário de estabelecer as condições convenientes à defesa do “interesse nacional” para conceder a autorização; todavia, a negativa do pedavenido de autorização deverá ser fundamentada, para não caracterizar abuso de direito ou desvio de finalidade¹⁷.

A sociedade estrangeira autorizada a funcionar no Brasil submete-se às leis e aos tribunais brasileiros, referentemente aos atos aqui praticados¹⁸. Ademais, deve manter, permanentemente, representante no País, brasileiro ou estrangeiro aqui domiciliado, com poderes de representação e para receber citação em nome da sociedade¹⁹.

Quando a sociedade, nacional ou estrangeira, depende de autorização governamental para funcionar, o ato administrativo de cassação gera a sua dissolução, que se torna eficaz com a publicação,

atos de autorização de funcionamento no Brasil de sociedade estrangeira, inclusive para aprovação de modificação no contrato ou no estatuto, sua nacionalização e a cassação de autorização de seu funcionamento, permitida a subdelegação”.

15 A Instrução Normativa DREI nº 07/2013, que dispõe sobre os pedidos de autorização para nacionalização ou instalação de filial, agência, sucursal ou estabelecimento no País por sociedade empresária estrangeira, determina que: “Art. 1º A sociedade empresária estrangeira, que desejar estabelecer filial, sucursal, agência ou estabelecimento no Brasil, deverá solicitar autorização do Governo Federal para instalação e funcionamento, em requerimento dirigido ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, protocolizado no Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI, que o examinará sem prejuízo da competência de outros órgãos federais”.

16 TRAJANO DE MIRANDA VALVERDE. **Sociedades por Ações**. v. I, 2ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 1953, p. 396.

17 EDUARDO GREBLER e GUSTAVO GREBLER, “O Funcionamento da Sociedade Estrangeira no Brasil em Face do Novo Código Civil”. In: Frederico Viana Rodrigues (Coord.). **Direito de Empresa no Novo Código Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 397.

18 Art. 1.137 do Código Civil.

19 Art. 1.138 do Código Civil.

independentemente de deliberação da assembleia geral extraordinária da companhia²⁰.

A dissolução mediante decisão da autoridade administrativa competente, prevista no inciso III, não se confunde com a extinção da autorização para funcionamento da sociedade. É o que ocorre na liquidação extrajudicial de instituição financeira, decretada pelo Banco Central do Brasil, a requerimento do interventor ou *ex officio*, desde que presente uma das seguintes causas: (i) ocorrência que comprometa a situação econômica ou financeira da instituição, especialmente quando leve à sua inadimplência; (ii) violação grave das normas legais e estatutárias que disciplinam as suas atividades; (iii) caracterização de prejuízos que sujeitem os credores quirografários da instituição financeira a risco anormal; e (iv) cassação da autorização para funcionar, se a instituição não iniciar em 90 (noventa) dias a sua liquidação ordinária ou caso a morosidade da liquidação já iniciada prejudicar os credores. Decretada a liquidação, o Banco Central nomeia um liquidante, dotado de amplos poderes para realizar o ativo e pagar o passivo da instituição financeira, bem como para representá-la e gerir os seus negócios, ultimando os pendentes²¹.

Estão sujeitas também à liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central: (i) as sociedades que integram o sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários, como as corretoras e as distribuidoras²²; (ii) as empresas administradoras de consórcios²³; e

(iii) as sociedades que, mesmo não caracterizadas como instituição financeira, sejam a ela interligadas²⁴.

Combinando-se a Lei nº 6.024/1974 com o artigo 197 da Lei nº 11.101/2005 verifica-se a equiparação do liquidante ao administrador judicial e do Banco Central ao juiz da falência²⁵. Assim, se traz para a liquidação extrajudicial todo o regime falimentar da Lei nº 11.101/2005, na parte em que esta não conflita com a Lei nº 6.024/1974. São aplicáveis à liquidação extrajudicial de instituição financeira as seguintes regras da Lei nº 11.101/2005: (i) de caráter geral (artigos 5º e 6º); (ii) sobre o pedido de restituição (artigos 85 a 93); (iii) sobre arrecadação e custódia de bens (artigos 108 a 114); (iv) sobre os efeitos jurídicos nas obrigações da declaração de falência (artigos 115 a 128); (v) relativas à ineficácia e revogação de atos (artigos 129 a 138); (vi) sobre realização do ativo e pagamento dos credores (artigos 139 a 153, excluído o artigo 145); e (vii) as referentes à classificação dos créditos (artigos 83 e 84)²⁶.

3. DISSOLUÇÃO POR DECISÃO JUDICIAL

A dissolução pode ocorrer mediante decisão judicial em 3 (três) hipóteses: (i) quando a constituição da companhia for anulada, em ação proposta por qualquer acionista; (ii) quando ficar provado que a companhia não pode preencher o seu fim, em ação proposta por acionistas que representem 5% (cinco por cento) ou mais do capital social; e (iii) em caso de falência²⁷.

20 PAULO PENALVA SANTOS, "Dissolução da Companhia". In: Alfredo Lamy Filho e José Luiz Bulhões Pedreira (Coord.). **Direito das Companhias...**, v. II, p. 1.840. Ver, também, os comentários ao art. 208 da Lei das S.A.

21 Arts. 15 e 16 da Lei nº 6.024/1974, que dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras e dá outras providências.

22 Art. 52 da Lei nº 6.024/1974.

23 O art. 7º, inciso VII, da Lei nº 11.795/2008, que dispõe sobre o Sistema de Consórcio, estabelece que: "Art. 7º. Compete ao Banco Central do Brasil: (...) VII – intervir nas administradoras de consórcio e decretar sua liquidação extrajudicial na forma e condições previstas na legislação especial aplicável às instituições financeiras".

24 Art. 1º da Lei nº 6.024/1974.

25 O art. 197 da Lei nº 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, assim dispõe: "Art. 197. Enquanto não forem aprovadas as respectivas leis específicas, esta Lei aplica-se subsidiariamente, no que couber, aos regimes previstos no Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, na Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, no Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, e na Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997".

26 EDUARDO SALOMÃO NETO. **Direito Bancário**. São Paulo: Atlas, 2005, p. 552.

27 Sobre a ação de dissolução parcial, ver PAULO SÉRGIO RESTIFFE. **Dissolução de Sociedades**. São Paulo: Saraiva, 2011; PAULO HENRIQUE DOS SANTOS

Na primeira hipótese, prevê a Lei das S.A. a anulabilidade – não a nulidade – da constituição da sociedade como causa de sua dissolução, sem cogitar de causas específicas nem de um percentual mínimo de participação acionária para a propositura da ação.

Trata-se de anulabilidade, uma vez que: (i) o vício pode ser sanado, mesmo após a propositura da ação (artigo 285, parágrafo único); (ii) o prazo prescricional é de 1 (um) ano (artigo 285, *caput*), incompatível com a imprescritibilidade, que é própria dos atos nulos; e (iii) a legitimidade para propor a ação é somente dos acionistas, ainda que sem percentual mínimo de participação no capital, não de qualquer interessado, como ocorre no caso dos atos nulos²⁸⁻²⁹.

A anulabilidade da constituição deve ser analisada com cautela, tendo em vista os princípios da conservação dos contratos e da preservação da empresa, ficando restrita aos casos em que o vício seja tão grave que inviabilize o funcionamento da sociedade, impossibilitando-a de alcançar o objeto social³⁰.

Também constitui causa de dissolução mediante decisão judicial a falência da companhia. A Lei nº 11.101/2005, que presently disciplina a matéria, prevê, em seu artigo 94, os casos

LUCCON e JOÃO PAULO HECKER DA SILVA, “Dissolução Parcial de Sociedade Anônima Fechada”. In: Flavio Luiz Yarshell e Guilherme Setoguti J. Pereira (Coords.). **Processo Societário**. São Paulo: Quartier Latin, 2012, p. 591-615; EDGARD KATZWINKER JUNIOR e SABRINA MARIA FADEL BECUE, “Dissolução Parcial de Sociedade Anônima”. In: Luiz Fernando Martins Kuyven (Coord.). **Temas Essenciais de Direito Empresarial. Estudos em Homenagem a Modesto Carvalhosa**. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 488-504; MAÍRA DE MELO VIEIRA. **Dissolução Parcial de Sociedade Anônima. Construção e Consolidação no Direito Brasileiro**. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

28 CARLOS KLEIN ZANINI. **A Dissolução Judicial da Sociedade Anônima...**, p. 64-65.

29 Sobre esse assunto, o art. 168 do Código Civil dispõe que: “As nulidades dos artigos antecedentes podem ser alegadas por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir”.

30 A esse respeito ver TULLIO ASCARELLI. **Problemas das Sociedades Anônimas e Direito Comparado**. Campinas: Bookseller, 2001, p. 511-530.

em que é decretada a falência da sociedade empresária, requerida pelo credor ou confessada pelo devedor.

A hipótese que enseja maior controvérsia, tanto entre nós como no direito comparado, é a da dissolução por decisão judicial quando ficar demonstrado que a sociedade “não pode preencher o seu fim”, em ação proposta por acionistas que representem 5% (cinco por cento) ou mais do capital social. A jurisprudência de nossos tribunais, ademais, não é uniforme, particularmente no que se refere à figura da “dissolução parcial”, criação pretoriana importada da disciplina das sociedades limitadas, que tem trazido grande insegurança jurídica ao regime das companhias³¹.

É legitimado para propor a ação de dissolução o acionista titular de pelo menos 5% (cinco por cento) do capital social, quer detenha ações com ou sem direito de voto. Como se trata de legitimidade *ad causam*, o duplo requisito – condição de acionista mais percentual qualificado de participação no capital – deve estar presente não só no momento da propositura da ação como também quando for prolatada a sentença³². Assim, se o acionista, no curso da ação, deixa de ser titular de pelo menos 5% (cinco por cento) do capital social, a ação poderá ser extinta sem julgamento do mérito³³.

31 Para um resumo das principais decisões: ALFREDO SÉRGIO LAZZARESCHI NETO. **Lei das Sociedades por Ações Anotadas**. 4ª edição, São Paulo: Saraiva, 2012, p. 665-668; NELSON EIZIRIK. **Sociedades Anônimas – Jurisprudência**. v. II, t. III, Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 2.313-2.317; NELSON EIZIRIK. **Sociedades Anônimas – Jurisprudência**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996, p. 793-796.

32 O art. 462 do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei nº 5.925/1973, a propósito, dispõe que: “Art. 462. *Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo, ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a sentença*”.

33 Nesse sentido, CARLOS KLEIN ZANINI. **A Dissolução Judicial da Sociedade Anônima...**, p. 232-234. Em sentido contrário, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 408.122-PR, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. em 20.06.2006, publicada no DJU em 27.11.2006, entendeu que a desistência de um dos litisconsortes no curso do processo, deixando os demais autores com menos de 5% (cinco por cento) de participação no capital, é irrelevante e não

Os credores da companhia não têm legitimidade *ad causam* para propor a ação de dissolução, dada a dicção expressa do dispositivo legal; ademais, dispõem eles de um instrumento legal mais forte para pressionar a sociedade devedora inadimplente: o pedido de falência. Tampouco tem legitimação ativa o Ministério Público, agindo alegadamente no interesse dos acionistas, em ação civil pública, não só em decorrência da literalidade do dispositivo, como, também, pelo fato de que a dissolução não diz respeito a interesses coletivos, mas de apenas um grupo determinado de pessoas, os acionistas³⁴.

A dissolução judicial, quando provado que a companhia não pode preencher o seu fim, é bastante antiga em nosso direito societário. Já estava prevista no extinto Código Comercial de 1850 (artigo 336, inciso I), que enunciava, de forma exemplificativa, que a perda ou insuficiência do capital poderiam caracterizar a impossibilidade de a companhia preencher seu fim. As leis específicas sobre sociedades por ações posteriores – Lei nº 3.150, de 1882, regulamentada pelo Decreto nº 8.821, do mesmo ano, assim como o Decreto nº 434, de 1891 – praticamente repetiam o preceito, conferindo a qualquer acionista, independentemente do percentual de participação no capital, legitimidade para propor a ação. O Decreto-Lei nº 2.627/1940, embora tenha exigido a participação de 25% (vinte e cinco por cento) no capital para a legitimação ativa na ação de dissolução, manteve o mesmo princípio: a necessidade de ficar provado que a sociedade não pode “preencher o seu fim”.

gera a extinção da ação. O Relator, Min. Humberto Gomes de Barros, foi vencido, manifestando-se no sentido de que houve perda da legitimidade ativa por fato superveniente, nos termos do art. 462 do Código de Processo Civil. O acórdão foi comentado por LUIZA RANGEL DE MORAES, “Sociedade Anônima. Ação de Dissolução de Companhia com Base no Art. 206, II, b, da Lei das S.A. A Titularidade de 5% do Capital Social é Condição a ser Preenchida Apenas na Data da Propositura da Demanda”, *Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 38, outubro-dezembro, 2007, p. 241-250.

34 Nesse sentido, decisão da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça proferida nos autos do Recurso Especial nº 36.098-SP, Rel. Min. Ary Pargendler, j. em 10.12.1999, publicada no DJU em 03.04.2000.

A legislação nunca definiu com precisão o que se deve entender por “fim” da sociedade. Tendo em vista as características fundamentais da companhia, o seu fim deve ser referido aos seguintes elementos essenciais: (i) o preenchimento de seu objeto social; e (ii) a geração de lucros. Com efeito, a companhia existe para desempenhar determinadas atividades empresariais, definidas em seu objeto social, com intuito lucrativo. Se ficar demonstrado que ela não tem como preencher seu objeto social ou não atua de forma lucrativa, cabe a sua dissolução. Como se trata de medida extrema, que fere o princípio da preservação da empresa, a decretação judicial da dissolução deve ser sempre tomada com muita cautela, após minuciosa análise da situação econômica e financeira da companhia.

Dado o princípio da preservação da empresa, não se presume que a companhia não está alcançando o seu fim pela mera ocorrência de discórdia entre os acionistas ou por demonstrações conjunturais de que não preenche o seu objeto social ou que está atuando sem gerar lucros num curto período de tempo.

Com relação ao objeto social, não é a mera dificuldade na sua consecução que pode ensejar a dissolução da companhia. Determinada atividade empresarial, de difícil execução em certa conjuntura econômica, pode, posteriormente, tornar-se viável e lucrativa. Assim, por exemplo, uma companhia cujo objeto social é a construção de habitação popular, por muito tempo em dificuldade para preenchê-lo, pode passar, com a criação de linhas de crédito específicas para o setor, a ser plenamente viável. Tratando-se de sociedade com objeto social amplo, a impossibilidade de execução de uma das atividades nele compreendida não necessariamente implica em causa de sua dissolução.

Ademais, ainda que ensejando o exercício do direito de recesso por parte dos acionistas dissidentes, pode a companhia alterar o seu objeto social para viabilizar a sua existência³⁵⁻³⁶ (p. 34). A alteração

35 Ver os comentários ao art. 137 da Lei das S.A.

do objeto pode ocorrer, inclusive, no curso da ação de dissolução; modificado o objeto e restabelecida a exequibilidade da empresa, desaparece o fundamento da dissolução, não mais podendo o juiz decretá-la³⁷.

Para constituir causa de dissolução, deve resultar claro que a consecução do objeto social é impossível, ilegal, ou que os bens ou serviços produzidos pela companhia são obsoletos ou fora do comércio. Assim, deve ficar demonstrado que o objeto é materialmente impossível, não pode ser concretizado. Um bom exemplo é o da sociedade administradora de recursos de terceiros punida pela Comissão de Valores Mobiliários com a proibição, por longo prazo, de administrar carteira de valores mobiliários³⁸.

Também pode caracterizar a não consecução do objeto como causa de dissolução judicial a inexistência dos meios necessários à produção dos bens ou serviços nele compreendidos. A inadequada capitalização da companhia pode inviabilizar a realização do objeto, ou por não alcançar ela o capital mínimo exigido para determinadas atividades, como ocorre com as instituições financeiras³⁹, ou pelo fato de ser o capital integralizado insuficiente para o desempenho da atividade empresarial compreendida no objeto social. Com efeito, de acordo com o chamado “princípio da congruência”, o capital integralizado deve ser suficiente para que a companhia atinja o seu

objeto social, podendo a infracapitalização, se duradoura, constituir causa para a dissolução⁴⁰.

Uma vez demonstrada a ausência de lucros, também pode ficar caracterizado que a companhia não está atingindo o seu fim. A finalidade lucrativa é da essência da sociedade por ações, que não pode ser constituída para objetivos de benemerência, assistenciais ou recreativos (artigo 2º).

Não basta, porém, a não realização ocasional de lucros para ficar caracterizado que a companhia não está atingindo seus fins; a ocorrência de prejuízos em um ou alguns exercícios consecutivos não significa que a companhia não possa reverter tal quadro e voltar a operar de forma lucrativa. Não será qualquer dificuldade na geração de lucros que caracterizará a impossibilidade de a companhia preencher seu fim, devendo, tais óbices, apresentar feições duradouras e insuperáveis, como definido, por exemplo, no direito societário espanhol⁴¹.

Assim, deve o Judiciário, na análise do caso concreto, preferencialmente com a assessoria de especialistas, realizar um exame da viabilidade econômico-financeira do empreendimento, verificando qual foi sua lucratividade no passado, como estão operando as empresas do setor, qual o comportamento do mercado em que

36 Sobre esse assunto, ver PRISCILLA M. P. CORRÊA DA FONSECA. **Dissolução Parcial, Retirada e Exclusão de Sócio**. 4ª edição, São Paulo: Atlas, 2007, p. 75.

37 CARLOS KLEIN ZANINI. **A Dissolução Judicial da Sociedade Anônima...**, p. 188.

38 Arts. 11 e 23 da Lei nº 6.385/1976; RICARDO DOS SANTOS FREITAS, “Dissolução de S/A pela Impossibilidade de Preencher o seu Fim”, **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 113, janeiro-março, 1999, p. 226.

39 Tais exigências estão contidas, em nosso sistema legal, no art. 1º do Regulamento Anexo II à Resolução CMN nº 2.099/1994, alterado pela Resolução CMN nº 2.607/1999.

40 Ver, a propósito, DANIEL ROQUE VÍTOLO. **Aportes, Capital Social e Infracapitalización en las Sociedades Comerciales**. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni Editores, 2010.

41 CARLOS KLEIN ZANINI. **A Dissolução Judicial da Sociedade Anônima...**, p. 151, observa que: “Nesse sentido, o primeiro aspecto importante a destacar é o de que não basta uma ausência ocasional de lucros. A apuração de prejuízo em determinado exercício – ou mesmo por períodos consecutivos – não significa esteja a companhia impossibilitada de reverter tal quadro e retornar à lucratividade. Embora nossa L.S.A. não siga a dicção da lei espanhola – que exige seja a impossibilidade manifesta – é certo que não será qualquer dificuldade efêmera que irá caracterizar a impossibilidade de a companhia preencher seu fim. De aplicar-se, por conseguinte, os mesmos requisitos postos pelo direito espanhol, a exigir que tal dificuldade seja ‘duradera e insuperable, que excluye las dificultades transitorias’”.

atua, bem como quais são as perspectivas de sua recuperação. Há empreendimentos com longo prazo de maturação, cabendo ser avaliado o período de tempo necessário para que os lucros sejam gerados, no curso normal do negócio. Deve-se buscar a preservação da empresa, exceto se restar cabalmente demonstrada a sua inviabilidade no médio ou longo prazo.

Nesse sentido, em decisão que constituiu um *leading case*, o Supremo Tribunal Federal decidiu que, como o fim lucrativo é essencial à sociedade anônima, caberia a sua dissolução em caso em que a companhia, durante 25 (vinte e cinco) anos de existência, somente havia gerado lucros em 5 (cinco) exercícios⁴².

A não distribuição de dividendos em companhia lucrativa, em princípio, não constitui causa de dissolução. Com efeito, dependendo do momento e da situação financeira da companhia, pode ser mais consentâneo com o interesse social a aplicação dos lucros nos negócios da companhia, que, desta forma, não necessitará endividar-se nem aumentar seu capital para desenvolver suas atividades. Ademais, se o acionista é titular de ações preferenciais com dividendo fixo ou mínimo, a não distribuição de dividendos por período superior a 3 (três) anos confere-lhe o direito de voto⁴³. Tratando-se de companhia aberta com ações dotadas de liquidez, pode o acionista desfazer-se de suas ações no mercado, que “precificará” os lucros realizados, embora não distribuídos. Já no caso da companhia fechada, a não distribuição de dividendos por longo período de tempo pode constituir causa de dissolução judicial, uma vez que os acionistas minoritários não dispõem com facilidade da alternativa de vender suas ações a terceiros.

42 Decisão da 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal proferida nos autos do Recurso Extraordinário nº 20.023-DF, Rel. Min. Nelson Hungria, j. em 28.04.1952.

43 Ver os comentários ao art. 111 da Lei das S.A.

4. “DISSOLUÇÃO PARCIAL” DA COMPANHIA

Durante muito tempo, os tribunais, embora aceitando a tese da “dissolução parcial” de limitada, recusavam-se a adotá-la na sociedade por ações. Já com relação às limitadas, consolidou-se na jurisprudência a aceitação do desligamento voluntário do sócio mediante o chamado “pedido de dissolução parcial”, formulado nos termos do Código de Processo Civil⁴⁴, determinando os tribunais a avaliação do patrimônio da empresa para aferir o valor que deveria ser pago ao sócio demandante, por resilição parcial do contrato de sociedade, a ser mantida em funcionamento. O fundamento básico do pedido de desligamento seria o do rompimento da *affectio societatis*, justificando-se a dissolução pela quebra da harmonia entre os sócios.

Tal construção pretoriana foi objeto de críticas por parte da doutrina, dada sua utilização intensiva, pelas seguintes razões: (i) trata-se, a “dissolução parcial”, de uma metáfora, pois não só a dissolução é ficta como também o é a liquidação, uma vez que somente poderia ser apurado o valor real e atualizado do patrimônio quando de fato ocorresse a dissolução da sociedade e fosse realizada a sua liquidação⁴⁵; (ii) a resilição parcial, com a retirada do sócio, embora justificada pela preservação da empresa, pode ter o efeito contrário, ao provocar a sua descapitalização, ficando ela desfalcada dos valores necessários ao pagamento dos haveres do sócio retirante⁴⁶; (iii) ao invés de se ponderar os interesses envolvidos – da empresa e de todos os sócios – privilegia-se o sócio que se retira, em detri-

44 Arts. 655 a 674 do Código de Processo Civil de 1939 (Decreto-Lei nº 1.608/1939), mantidos em vigor pelo art. 1.218, inciso VII, do Código de Processo Civil de 1973 (Lei nº 5.869/1973).

45 HERNANI ESTRELLA. *Apuração de Haveres de Sócio*. 5ª edição, atualizada por Roberto Papini, Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 182.

46 LUIZ GASTÃO PAES DE BARROS LEAES, “Apuração de Haveres em Dissolução de Holding”. In: *Pareceres*. v. II, São Paulo: Singular, 2004, p. 940.

mento da empresa e dos que nela permanecem⁴⁷; e (iv) a ideia de *affectio societatis* é vaga, imprecisa e subjetiva, estando superada pelo moderno direito societário, que consagra, em seu lugar, a noção de fim comum em sentido amplo, a compreender o escopo-meio e escopo-fim da organização societária e suas interações com os deveres de lealdade, colaboração e contribuição⁴⁸.

Com relação às sociedades por ações, os tribunais, acertadamente, não aceitavam a tese da “dissolução parcial”, seja pela absoluta falta de previsão legal, seja por constituírem elas sociedades de capitais, não de pessoas, nas quais não prevalece a ideia da *affectio societatis*, seja, ainda, pela existência do direito de recesso para propiciar a retirada do acionista dissidente⁴⁹.

- 47 Em comentário à decisão da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal proferida nos autos do Recurso Extraordinário nº 89.464-SP, Rel. Min. Décio Miranda, j. em 12.12.1978, WALDIRIO BULGARELLI, “Comercial – Dissolução de Sociedade Limitada”, *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 49, janeiro-março, 1983, p. 100 e seguintes.
- 48 ERASMO VALLADAO AZEVEDO E NOVAES FRANÇA e MARCELO VIEIRA VON ADAMEK, “*Affectio Societatis*: um Conceito Jurídico Superado no Moderno Direito Societário pelo Conceito de Fim Social”. In: Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França (Coord.). *Direito Societário Contemporâneo I*. São Paulo: Quartier Latin, 2009, p. 160-161.
- 49 Nesse sentido, entendendo que a sociedade por ações não admite a dissolução parcial, mas apenas o direito de recesso: decisão da 2ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferida nos autos da Apelação Cível nº 2.818.4/2, Rel. Des. Linneu Carvalho, j. em 14.10.1997, publicada na *Revista dos Tribunais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 749, março, 1998, p. 258-259; decisão da 2ª Câmara de Férias da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferida nos autos da Apelação Cível nº 26.884.4/8, Rel. Des. Linneu Carvalho, j. em 17.03.1998; decisão da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, proferida nos autos da Apelação Cível nº 70012635470, Rel. Des. Antônio Corrêa Palmeiro da Fontoura, j. em 13.07.2006; decisão da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, proferida nos autos dos Embargos de Declaração do Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 34120-8-SP, Rel. Min. Costa Leite, j. em 03.08.1993, publicada no DJU em 30.08.1993; decisão da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, proferida nos autos do Recurso Especial nº 419.174-SP, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, j. em 15.08.2002, publicada no DJU em 28.10.2002; decisão da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, proferida nos autos dos Embargos de Declaração

Porém, posteriormente, passaram os tribunais, inclusive o Superior Tribunal de Justiça, em algumas decisões envolvendo *holdings* familiares, a aceitar a tese da dissolução parcial nas sociedades anônimas fechadas, com base no rompimento da *affectio societatis*, introduzindo grande incerteza jurídica no regime das companhias⁵⁰⁻⁵¹ (p. 40)_52 (p. 40).

no Recurso Especial nº 419.174-SP, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, j. em 03.12.2002, publicada no DJU em 24.02.2003; decisão da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, proferida nos autos do Recurso Especial nº 171.354-SP, Rel. Min. Waldemar Zveiter, j. em 16.11.2000, publicada no DJU em 05.02.2001; decisão da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, proferida nos autos da Apelação Cível nº 70006803084, Rel. Des. Ney Wiedemann Neto, j. em 17.12.2003.

- 50 Em 2 (duas) decisões, o Superior Tribunal de Justiça, por maioria apertada de votos, entendeu que caberia a “dissolução parcial”, a pedido dos acionistas minoritários, de sociedades anônimas *holdings*, constituídas para exercer o controle de grupos de sociedades familiares, por rompimento da *affectio societatis*, com a consequente apuração de haveres do acionista retirante. Ver, a propósito: (i) decisão da 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, proferida nos autos do Recurso Especial nº 111.294-PR, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. em 19.09.2000, publicada no DJU em 28.05.2001; e (ii) decisão da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, proferida nos autos do Recurso Especial nº 247.002-RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. em 04.12.2001, publicada no DJU em 25.03.2002. Vale notar que nos 2 (dois) julgados, a tese vencedora menciona expressamente a importância da característica familiar das sociedades envolvidas para justificar as decisões que aceitaram a tese da “dissolução parcial” de sociedade por ações. No mesmo sentido, as seguintes decisões: (i) decisão da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, proferida nos autos da Apelação Cível nº 6.659/2007, Rel. Des. Antonio Eduardo F. Duarte, j. em 09.10.2007; (ii) decisão da 7ª Câmara Cível do Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais, proferida nos autos da Apelação Cível nº 393.445-4, Rel. Des. Unias Silva, j. em 13.05.2004, publicada no DOMG em 21.05.2003; (iii) decisão do Terceiro Grupo Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, proferida nos autos dos Embargos Infringentes nº 70007890411, Rel. Des. Ana Maria Nedel Scalzilli, j. em 05.03.2004; e (iv) decisão da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, proferida nos autos da Apelação Cível nº 70003186293, Rel. Des. Cacildo de Andrade Xavier, j. em 26.03.2003. O Enunciado nº 390, aprovado na IV Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal, segue tendência semelhante, ao dispor que: “*Em regra, é livre a retirada do sócio nas sociedades limitadas e anônimas fechadas, por prazo indeterminado, desde que tenham integralizado a respectiva parcela do capital, operando-se a denúncia (arts. 473 e 1.029)*”. Para uma crítica ao Enunciado e às decisões do STJ, resumindo as

Admite-se, excepcionalmente, que o rompimento da *affectio societatis* em *holding* familiar, constituída unicamente para nela agregarem os membros da família as suas ações e desta forma organizar o exercício conjunto do poder de controle em determinada companhia ou grupo, constitua causa para a sua dissolução. Isso porque a chamada "*holding* pura" tem como propósito exclusivo aglutinar em uma pessoa jurídica participações acionárias em outras companhias; nesse sentido, constitui técnica jurídica de organização de determinada participação acionária, que poderia também ocorrer mediante acordo de acionistas. Trata-se quase que da mera duplicação do mesmo patrimônio.

Assim, se surgir em *holding* familiar fechada grave e insuperável divergência capaz de inviabilizar o prosseguimento normal

conclusões do Comitê Societário do CESA em reuniões realizadas no primeiro semestre de 2007: RENATO BERGER. **Discussão Sobre a Livre Retirada em Sociedades Limitadas e Anônimas**. In: Forum CESA, publicação do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados, ano 2, v. 4, julho-setembro, 2007.

51 Em 2011, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, em decisão proferida nos autos do Recurso Especial nº 1.128.431-SP, Rel. Des. Min. Nancy Andrighi, j. em 11.10.2011, admitiu a dissolução parcial de sociedade anônima fechada de cunho familiar a pedido dos acionistas majoritários. Na decisão, afirmou-se que "*não há sentido em impedir que os acionistas majoritários busquem permanecer no controle da empresa, até porque representam a maioria do capital social e, a rigor, a vontade dominante no que se refere aos interesses convergentes que, desde o início, caracterizaram a affectio societatis e a forma de exploração do objeto social*". 3. *Nada impede os acionistas minoritários de apresentarem, em sede de defesa, reconvenção, caso concordem com a dissolução parcial mas entendam que os acionistas majoritários é que devem se afastar. Todavia, o que não se pode admitir é que numa sociedade intuito personae com ruptura da affectio societatis, os sócios minoritários se postem contrários à dissolução parcial mas não demonstrem interesse em assumir controle da empresa*".

52 Também sobre esse assunto, ver PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCCON e JOÃO PAULO HECKER DA SILVA, "Dissolução Parcial de Sociedade Anônima Fechada". In: Flavio Luiz Yarshell e Guilherme Setoguti J. Pereira (Coord.). **Processo Societário...**, p. 591-615; EDGARD KATZWINKER JUNIOR e SABRINA MARIA FADEL BECUE, "Dissolução Parcial de Sociedade Anônima". In: Luiz Fernando Martins Kuyven (Coord.). **Temas Essenciais de Direito Empresarial. Estudos em Homenagem a Modesto Carvalhosa...**, p. 488-504; MAÍRA DE MELO VIEIRA. **Dissolução Parcial de Sociedade Anônima. Construção e Consolidação no Direito Brasileiro...**, 2014.

das atividades das sociedades operativas controladas, é cabível a sua dissolução judicial, porque ela não pode cumprir o fim para o qual foi criada: a organização da participação acionária conjunta em outra empresa. Nesse caso, uma vez dissolvida, as participações societárias detidas pela *holding* são transferidas aos titulares finais, os seus acionistas, permitindo-se a retomada dos negócios normais das companhias operativas controladas⁵³.

Tal solução excepcional é cabível na situação específica de "*holding* pura" familiar, constituída com a função exclusiva de agregar as ações dos membros da família, quando as desavenças entre eles tornam impossível o atingimento de seu objeto social. Não cabe invocar, como causa geral de dissolução de companhia, a quebra da *affectio societatis*, que constitui noção absolutamente subjetiva; ademais, ainda que pudesse ser precisada, é inaplicável à sociedade de capitais, por falta de previsão legal.

Não existe fundamento jurídico para a chamada "dissolução parcial" em outras sociedades por ações, por rompimento da *affectio*, ou por qualquer outra causa, quaisquer que sejam as suas características, pelas seguintes razões: (i) a companhia é, em princípio, uma sociedade de capitais, cujo intuito é o lucro, não tendo relevância as qualidades pessoais do acionista, mas apenas sua contribuição ao capital social; (ii) as causas para dissolução são unicamente aquelas taxativamente previstas no dispositivo legal, que não cogita da dissolução parcial; (iii) a noção de *affectio* é vaga, podendo dar margem a diferentes conclusões, a depender da interpretação do magistrado; (iv) a Lei das S.A. disciplina as hipóteses em que o acionista dissidente pode retirar-se da companhia, mediante o exercício do direito de recesso; (v) a dissolução parcial, sob a justificativa da preservação

53 Ver, a propósito, LUIZ LEONARDO CANTIDIANO. **Direito Societário e Mercado de Capitais**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996, p. 84; ROBERTA NIOAC PRADO, "Dissolução de 'holding' S/A e Apuração de Haveres", **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 113, janeiro-março, 1999, p. 235-236.

da empresa, constitui medida que pode causar efeito contrário, ao operar a sua descapitalização, sendo injusta com os acionistas que permanecem; e (vi) ainda que não prevista em lei, é mais benéfica para o acionista retirante do que a medida – esta, sim, legal – do direito de recesso, pois os tribunais têm determinado o cálculo dos haveres não com base no patrimônio líquido contábil, mas mediante apuração de seu valor real e presente.

EFEITOS

“Art. 207. A companhia dissolvida conserva a personalidade jurídica, até a extinção, com o fim de proceder à liquidação.”

O dispositivo consagra o princípio da manutenção da personalidade jurídica da companhia após a dissolução, e até a sua extinção, com a finalidade de proceder à liquidação¹.

A Lei das S.A. refere-se à dissolução da sociedade de forma restrita, distinguindo-a da liquidação e da extinção. Assim, a dissolução constitui uma etapa para a abertura do processo de liquidação, que conduz à extinção da companhia².

Ainda que existam muitas teorias em torno da matéria³, é inequívoco que o objetivo da norma é vinculado a razões de ordem prática: evitar a insegurança jurídica que se verificaria caso a sociedade não mantivesse sua personalidade jurídica até a extinção, tendo em vista os riscos que existiriam para aqueles que se relacionam com ela.

1 No mesmo sentido, dispõe o *caput* do art. 51 do Código Civil que: “Art. 51. Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua”.

2 Ver os comentários ao art. 206 da Lei das S.A.

3 Ver, a propósito, MODESTO CARVALHOSA. *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas*. v. 4, t. 1, 5ª edição, São Paulo: Saraiva, 2011, p. 104-105.

Preservando a sua personalidade jurídica, a sociedade mantém a sua capacidade ativa e passiva de agir, inclusive em juízo, permanecendo proprietária do acervo social e podendo defender os interesses do patrimônio, que deverá ser alienado, pagando-se os credores e dividindo-se o saldo entre os acionistas. Ingressa, porém, numa nova fase, em que seus atos são dirigidos para a finalidade de proceder à liquidação, até a sua extinção. Para que os terceiros que com ela se relacionam tenham pleno conhecimento desse fato, em todos os seus atos ou operações, o liquidante, enquanto representante legal da companhia, deverá utilizar a denominação social seguida da expressão “em liquidação” (artigo 212).

Assim, a companhia continua com a mesma denominação social, permanecem inalterados os estatutos, o domicílio, os registros contábeis, porém sua representação legal passa dos diretores para o liquidante (artigo 211), o qual exerce seus poderes em nome da sociedade e não dos acionistas ou credores. O que ocorre é que cessa, com a dissolução, a persecução, com fins lucrativos, do objeto social da companhia, que termina sua função ativa e conserva a personalidade jurídica para regularizar as relações ainda existentes com os sócios e terceiros⁴.

Mantendo a sua personalidade jurídica, a sociedade conserva a plena titularidade do patrimônio social, não passando os acionistas a ter qualquer direito real sobre ele, nem se tornando seus coproprietários. O acionista preserva a sua posição no capital e seu *status socii*, bem como seus direitos políticos e patrimoniais até a extinção da sociedade⁵. A modificação relevante no estado de acionista refere-se ao fato de, no curso da liquidação, todas as ações gozarem de igual direito de voto, tornando-se ineficazes as

4 EGBERTO LACERDA TEIXEIRA e JOSÉ ALEXANDRE TAVARES GUERREIRO. *Das Sociedades Anônimas no Direito Brasileiro*. v. 2, São Paulo: José Bushatsky, 1979, p. 614.

5 MODESTO CARVALHOSA. *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas...*, v. 4, t. 1, p. 105.

restrições estatutárias com relação às ações ordinárias ou preferenciais (artigo 213, § 1º).

Como a sociedade dissolvida conserva sua personalidade jurídica para o fim de proceder à liquidação, ela não pode contrair novas obrigações, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 211, embora não suspenda inteiramente suas atividades empresariais com escopo lucrativo, com relação aos contratos ainda existentes. A manutenção da atividade empresarial dirige-se, após a dissolução, para a finalidade exclusiva de terminar os contratos ainda em curso de sorte a liquidar o ativo da melhor forma, para pagar os credores e ratear o saldo entre os acionistas. Nesse sentido, conforme disposição expressa da Lei das S.A., cabe ao liquidante ultimar os negócios em curso, realizar o ativo, pagar o passivo e partilhar o remanescente entre os sócios (artigo 210, inciso IV).

No caso de sociedade de economia mista, que se sujeita, para os efeitos da liquidação, ao regime comum das sociedades por ações, também é inequívoco que conserva ela a sua personalidade jurídica até a extinção, continuando titular dos direitos resultantes dos contratos de que participou, não podendo o Estado, enquanto acionista controlador, subrogar-se nas respectivas ações⁶.

SEÇÃO II

LIQUIDAÇÃO

LIQUIDAÇÃO PELOS ÓRGÃOS DA COMPANHIA

“Art. 208. Silenciando o estatuto, compete à assembleia geral, nos casos do número I do artigo 206, determinar o

6 Ver a propósito, decisão da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, proferida nos autos do Recurso Especial nº 50655-MG, Rel. Min. Ari Pargendler, j. em 17.04.1997, publicada no DJU em 12.05.1997. Ver, também, os comentários ao art. 235 da Lei das S.A.

modo de liquidação e nomear o liquidante e o conselho fiscal que devam funcionar durante o período de liquidação.

§ 1º A companhia que tiver conselho de administração poderá mantê-lo, competindo-lhe nomear o liquidante; o funcionamento do conselho fiscal será permanente ou a pedido de acionistas, conforme dispuser o estatuto.

§ 2º O liquidante poderá ser destituído, a qualquer tempo, pelo órgão que o tiver nomeado.”

O dispositivo disciplina a liquidação ordinária, aquela conduzida pelos órgãos da companhia, que se verifica na dissolução de pleno direito, cujas causas são exaustivamente previstas na Lei das S.A.: (i) término do prazo de duração da companhia; (ii) nos casos previstos no estatuto; (iii) por deliberação da assembleia geral; (iv) pela uni-pessoalidade superveniente; e (v) pela extinção da autorização para funcionar (artigo 206).

A liquidação, que se segue à dissolução, constitui um procedimento, um conjunto de atos interligados, cujo fim é a extinção da companhia objetivando: (i) apurar e vender os ativos; (ii) identificar e pagar os passivos; e (iii) partilhar o remanescente entre os acionistas. Trata-se de uma nova fase na existência da companhia, em que o interesse social não é mais o da realização do objeto com fim lucrativo, mas o de proceder à sua extinção da melhor forma possível, pagando os credores e dividindo o saldo existente entre os acionistas.

Para tanto, a liquidação ordinária deve ser realizada da forma mais rápida e ao menor custo possível, desde que atendidos os interesses dos acionistas, que são os maiores interessados na realização do ativo, no pagamento dos credores e na partilha do remanescente. Devem ser evitados procedimentos protelatórios e custos excessivos na gestão dos negócios por ultimar, uma vez que também interessa à comunidade que os bens e capitais investidos na companhia voltem a ser aplicados em atividades produtivas.

A forma como a liquidação será conduzida pode ser definida pelos acionistas, de maneira bastante detalhada, seja no estatuto, seja na assembleia geral que deliberar a dissolução, sempre visando à segurança do procedimento, assim como à sua celeridade e minimização dos custos.

Nesse sentido, os acionistas podem estabelecer regras sobre (i) como serão apurados os ativos e passivos; (ii) a organização a ser observada para a alienação de determinado ativo; (iii) a forma como os negócios sociais serão conduzidos no curso da liquidação; e (iv) a preservação de determinados bens em benefício dos acionistas neles interessados, caso os créditos possam ser atendidos com a venda de outros ativos¹. Assim, respeitada a “espinha dorsal” do procedimento (artigos 210, inciso IV, e 214 a 216), no silêncio do estatuto, o que geralmente ocorre na prática, pode a assembleia geral livremente deliberar sobre o modo de liquidação mais conveniente e oportuno, tendo em vista as características da companhia².

Pode, assim, a assembleia geral deliberar sobre como serão vendidos os bens, estabelecendo procedimentos de leilão, tomada de preços, contratação de especialistas para avaliá-los, concedendo maior ou menor liberdade para o liquidante negociar a sua alienação e o pagamento dos credores. Pode, também, a assembleia geral deliberar que o pagamento dos credores ou dos acionistas, se houver saldo remanescente, dar-se-á em dinheiro ou em bens, ou, ainda, atribuir ao liquidante o poder de vender em bloco o estabelecimento.

A companhia dissolvida estará submetida, no curso da liquidação, a uma estrutura organizacional inteiramente nova, tendo em vista a necessidade de maior celeridade e redução de custos. Assim, os diretores são automaticamente destituídos em bloco na assem-

bleia geral que deliberar a dissolução e substituídos pelo liquidante, de preferência nomeado na mesma assembleia, para evitar qualquer solução de continuidade.

O liquidante constitui órgão de gestão e de representação da companhia, em substituição aos diretores, devendo exercer suas funções durante todo o período da liquidação. Trata-se de função remunerada; cabe à assembleia geral estabelecer o valor de seus honorários e a forma de pagamento, anual ou mensal, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às funções, sua competência e o valor de seus serviços no mercado (artigo 152, *caput*). Nada impede que se atribua ao liquidante, além da remuneração fixa, um prêmio, caso logre êxito em suas atribuições, calculado sobre o saldo a ser pago aos acionistas.

Na nomeação do liquidante, deverão os acionistas atentar para o porte e a maior ou menor complexidade das atividades da companhia. A função de liquidante pode ser exercida por 1 (uma) ou várias pessoas físicas, atuando em conjunto ou isoladamente. Não existe qualquer impedimento à contratação de pessoa jurídica, podendo até ser desejável que tal ocorra em companhias de grande porte. Com efeito, a vedação à nomeação de administrador pessoa jurídica, além de anacrônica, não pode ser estendida ao liquidante, posto que, após a dissolução, a companhia passa a ter uma estrutura organizacional inteiramente diversa da anterior. Ademais, se a pessoa jurídica pode atuar como síndico da massa falida, não existe qualquer razão para impedir que desempenhe as funções de liquidante³.

Se a companhia tiver conselho de administração, será ele o órgão competente para nomear e destituir o liquidante; inexistindo conselho, caberá à assembleia geral nomeá-lo e destituí-lo. A assembleia geral que deliberar a dissolução decidirá se a companhia

1 SERGIO I. ESKENAZI PERNIDJI, “Dissolução, Liquidação e Extinção”. In: Alfredo Lamy Filho e José Luiz Bulhões Pedreira (Coord.). *Direito das Companhias*. v. II, Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 1.853.

2 MAURO RODRIGUES PENTEADO. *Dissolução e Liquidação de Sociedades*. Brasília: Livraria e Editora Brasília Jurídica, 1995, p. 211.

3 TRAJANO DE MIRANDA VALVERDE. *Sociedades por Ações*. v. I, 2ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 1953, p. 40; MAURO RODRIGUES PENTEADO. *Dissolução e Liquidação de Sociedades...*, p. 227.

manterá ou não o conselho em funcionamento durante a liquidação. Ainda que se trate de companhia aberta, de economia mista de capital autorizado, hipótese em que é obrigatória a existência de conselho de administração, uma vez deliberada a dissolução passa a ser facultativa a manutenção do órgão.

Não é desejável a manutenção do conselho de administração no curso da liquidação. Trata-se, com efeito, de órgão cuja função principal consiste na orientação geral dos negócios da companhia, no planejamento estratégico de suas atividades, com vistas à consecução do objeto social da forma mais lucrativa. Com a dissolução, não há mais o que planejar para o futuro, cabendo ao liquidante a função essencial de ultimar os negócios da companhia, realizar o ativo, pagar o passivo e partilhar o saldo entre os acionistas. Assim, não há razão para que a companhia mantenha em funcionamento, com os custos dele decorrentes, órgão dispensável, na fase em que ela se encontra.

O conselho fiscal, sendo estatutariamente permanente o seu funcionamento, deverá ser mantido, independentemente da manifestação da assembleia a respeito, que confirmará os seus membros ou nomeará novos. Embora a dissolução faça cessar o mandato dos membros do conselho fiscal, podem eles ser reeleitos. Em qualquer das hipóteses - nomeação de novos membros ou reeleição dos antigos - suas funções serão exercidas ao longo de todo o procedimento de liquidação.

É desejável o funcionamento do conselho fiscal no curso da liquidação, como órgão de permanente fiscalização do liquidante, particularmente nas suas prestações de contas periódicas e final à assembleia geral (artigos 213 e 216), persistindo em suas funções até a extinção da companhia (artigo 219). Na liquidação, o conselho fiscal deverá não só exercer as suas atribuições previstas no artigo 163, como também acompanhar as atividades do liquidante, para verificar sua regularidade e legalidade, comparecer às assembleias gerais semestrais (artigo 213), podendo, a pedido dos acionistas, elaborar relatórios sobre o pagamento do passivo e a partilha do saldo remanescente.

LIQUIDAÇÃO JUDICIAL

"Art. 209. Além dos casos previstos no número II do artigo 206, a liquidação será processada judicialmente:

I - a pedido de qualquer acionista, se os administradores ou a maioria de acionistas deixarem de promover a liquidação, ou a ela se opuserem, nos casos do número I do artigo 206;

II - a requerimento do Ministério Público, à vista de comunicação da autoridade competente, se a companhia, nos 30 (trinta) dias subsequentes à dissolução, não iniciar a liquidação ou, se após iniciá-la, a interromper por mais de 15 (quinze) dias, no caso da alínea e do número I do artigo 206.

Parágrafo único. Na liquidação judicial será observado o disposto na lei processual, devendo o liquidante ser nomeado pelo Juiz."

A Lei das S.A. divide as hipóteses de dissolução em 2 (duas) categorias: de pleno direito e dependente de decisão judicial ou administrativa. À dissolução segue-se a liquidação, que será: (i) extrajudicial, se de pleno direito; (ii) judicial, se dependente de decisão do juiz; e (iii) administrativa, se depender de decisão de autoridade administrativa (artigo 206).

Em regra, a liquidação é processada extrajudicialmente. Poderá ocorrer a liquidação judicial nas seguintes hipóteses: (i) em ação de anulação de constituição da companhia proposta por qualquer acionista (artigo 206, inciso II, alínea "a"); (ii) quando provado que a companhia não pode preencher o seu fim, em ação proposta por acionistas representando pelo menos 5% (cinco por cento) do capital social (artigo 206, inciso II, alínea "b"), caso que enseja maior discussão doutrinária e jurisprudencial; (iii) em caso de falência (artigo 206, inciso II, alínea "c"); (iv) a pedido de qualquer acionista, se os administradores ou a maioria dos acionistas deixarem de promover

a liquidação, ou a ela se opuserem, nos casos de dissolução de pleno direito (artigo 209, inciso I); e (v) a requerimento do Ministério Público, se a companhia, nos 30 (trinta) dias subsequentes à dissolução, não iniciar a liquidação, ou se, após iniciá-la, interrompê-la por mais de 15 (quinze) dias, no caso da extinção da autorização para funcionar (artigo 209, inciso II, c/c artigo 206, inciso I, alínea “e”).

Nos termos do parágrafo único, deverá, na liquidação judicial, ser observado o disposto na lei processual. O Código de Processo Civil – Lei nº 5.869/1973 –, em seu artigo 1.218, dispõe que continuam em vigor, até serem incorporados nas leis especiais, dentre outros, os procedimentos regulados pelo Decreto-Lei nº 1.608/1939, antigo Código de Processo Civil, concernentes à dissolução e liquidação das sociedades. Portanto, foram mantidos em vigor os artigos 655 a 674 do Decreto-Lei nº 1.608/1939, que disciplinam a matéria de forma inadequada, sendo de difícil aplicação à dissolução e liquidação judicial de sociedade anônima. Assim, devem ser aplicadas à liquidação judicial, com as devidas adaptações, as normas do Capítulo XVII da Lei das S.A., que disciplinam a liquidação pelos órgãos da companhia.

O dispositivo acrescenta 2 (duas) hipóteses àquelas já elencadas no artigo 206, inciso II, referentes à dissolução e consequente liquidação judicial.

Na primeira hipótese, permite-se a qualquer acionista pedir a liquidação judicial, para suprir a omissão dos órgãos sociais nos casos de dissolução de pleno direito se: (i) os administradores deixarem de promover a liquidação ou se opuserem a ela; e (ii) os acionistas, em sua maioria, deixarem de promover a liquidação ou a ela se opuserem.

Havendo desídia dos administradores, que não promovem a liquidação quando deveriam fazê-lo, por força de disposição legal, estatutária ou de deliberação de assembleia geral, não há dúvida de que cabe a qualquer acionista promover a medida judicial.

No caso de desídia por parte dos acionistas majoritários, qualquer acionista pode ter a iniciativa da ação judicial nas hipóteses de: (i) término do prazo de duração; (ii) previsão estatutária; (iii) por deliberação da assembleia geral; e (iv) extinção da autorização para funcionar. Porém, havendo deliberação da assembleia geral, nada impede que os acionistas, em sua maioria, reunidos em nova assembleia geral, decidam não promover a liquidação da companhia, caso tenha sido superada a razão que os levara a tomar a deliberação anterior. Em tal situação, não faz sentido permitir-se que um acionista minoritário ingresse em juízo para liquidar a companhia quando a maioria desistiu da dissolução. Ademais, se a assembleia geral pode deliberar a cessação do estado de liquidação (artigo 136, inciso VII), nada a impede, com muito mais razão, de deliberar nele não ingressar, retificando sua decisão anterior de dissolver a companhia.

Com efeito, seja durante a liquidação, seja antes dela, pode ocorrer o afastamento da causa da dissolução, inclusive pela atribuição de outro fim à companhia, por deliberação dos acionistas reunidos em assembleia geral extraordinária¹.

Embora o Ministério Público não tenha legitimidade para propor a ação de dissolução², pode requerer a liquidação se houver a extinção da autorização da companhia para funcionar (artigo 206, inciso I, alínea “e”) e seus órgãos sociais permaneçam letárgicos, não iniciando a liquidação em 30 (trinta) dias após a data de sua dissolução ou interrompendo-a por mais de 15 (quinze) dias.

A liquidação judicial deve ser processada no foro da sede da companhia, tendo em vista a natureza do processo e a multiplicidade de atos que deverão ser praticados, o que exige uma atuação pronta e imediata do juiz competente³.

1 PONTES DE MIRANDA. *Tratado de Direito Privado*. t. II, 3ª edição, São Paulo: RT, 1984, p. 37.

2 Ver os comentários ao art. 206 da Lei das S.A.

3 ALFREDO SÉRGIO LAZZARESCHI NETO. *Lei das Sociedades por Ações Anotada*. 3ª edição, São Paulo: Saraiva, 2010, p. 545; RJTJESP 122, p. 264.

A competência para nomear o liquidante é do juiz, presumindo-se a sua idoneidade para o exercício da função. Embora o artigo 657 do Decreto-Lei nº 1.608/1939, norma processual aplicável, de maneira oblíqua, atribua à maioria dos sócios a escolha do liquidante⁴, prevalece o disposto na Lei das S.A., lei especial e posterior.

Uma vez constatada a inidoneidade, dolo, má fé, interesse contrário ao da liquidação ou falta de diligência do liquidante, poderá ser ele destituído *ex officio* pelo juiz, ou a pedido de acionista, credor, Ministério Público ou da Fazenda Nacional, se interessada na liquidação⁵.

É conveniente que o juiz, antes de nomear o liquidante, ouça os acionistas, reunidos em assembleia geral por ele presidida, posto que são eles os maiores interessados na liquidação e que arcarão com o pagamento dos honorários do liquidante, inclusive o eventual prêmio por sua atuação diligente⁶.

O liquidante constitui órgão de representação e gestão da sociedade dissolvida, em substituição à diretoria, assim como auxiliar

4 O art. 657 do Decreto-Lei nº 1.608/1939 assim dispõe: “Art. 657. Se o juiz declarar, ou decretar, a dissolução, na mesma sentença nomeará liquidante a pessoa a quem, pelo contrato, pelos estatutos, ou pela lei, competir tal função. § 1º Se a lei, o contrato e os estatutos nada dispuserem a respeito, o liquidante será escolhido pelos interessados, por meio de votos entregues em cartório. A decisão tomar-se-á por maioria, computada pelo capital dos sócios que votarem e, nas sociedades de capital variável, naquelas em que houver divergência sobre o capital de cada sócio e nas de fins não econômicos, pelo número de sócios votantes, tendo os sucessores apenas um voto. § 2º Se forem somente dois (2) os sócios e divergirem, a escolha do liquidante será feita pelo juiz entre pessoas estranhas à sociedade. § 3º Em qualquer caso, porém, poderão os interessados, si concordar, indicar, em petição, o liquidante”.

5 MODESTO CARVALHOSA. *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas*. v. 4, t. 1, 5ª edição, São Paulo: Saraiva, 2011, p. 132. A propósito, assim dispõe o art. 662 do Decreto-Lei nº 1.608/1939: “Art. 662. As reclamações contra a nomeação do liquidante e os pedidos de sua destituição serão processados e julgados na forma do Título XXVIII deste Livro”.

6 Nos termos do art. 667 do Decreto-Lei nº 1.608/1939, o juiz poderá arbitrar ao liquidante comissão de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o ativo líquido, atendendo à importância do acervo social e ao trabalho da liquidação.

do juiz. As funções, deveres e poderes do liquidante são basicamente os mesmos, seja na liquidação ordinária, seja na liquidação judicial⁷.

Como o juiz dirige o processo de liquidação, inclusive convocando e presidindo as assembleias gerais, não mais funcionará o conselho de administração. Poderá o juiz, se julgar conveniente, manter em funcionamento o conselho fiscal, cuja atuação será útil para auxiliá-lo na fiscalização do liquidante; caso assim proceda, determinará quais as funções do órgão no curso da liquidação, ou seja, se todas ou apenas algumas daquelas incluídas na sua competência legal quando a companhia está em seu funcionamento normal⁸.

DEVERES DO LIQUIDANTE

“Art. 210. São deveres do liquidante:

I – arquivar e publicar a ata da assembleia geral, ou certidão de sentença, que tiver deliberado ou decidido a liquidação;

II – arrecadar os bens, livros e documentos da companhia, onde quer que estejam;

III – fazer levantar de imediato, em prazo não superior ao fixado pela assembleia geral ou pelo juiz, o balanço patrimonial da companhia;

IV – ultimar os negócios da companhia, realizar o ativo, pagar o passivo, e partilhar o remanescente entre os acionistas;

V – exigir dos acionistas, quando o ativo não bastar para a solução do passivo, a integralização de suas ações;

VI – convocar a assembleia geral, nos casos previstos em lei ou quando julgar necessário;

VII – confessar a falência da companhia e pedir concordata, nos casos previstos em lei;

7 Ver os comentários aos arts. 210 e 211 da Lei das S.A.

8 Ver os comentários ao art. 163 da Lei das S.A.

VIII – finda a liquidação, submeter à assembleia geral relatório dos atos e operações da liquidação e suas contas finais;

IX – arquivar e publicar a ata da assembleia geral que houver encerrado a liquidação.”

Na liquidação ordinária, o liquidante será nomeado pela assembleia geral ou pelo conselho de administração (artigo 208). Já na liquidação judicial, competirá ao juiz a sua nomeação (artigo 209). Nos 2 (dois) casos, são praticamente idênticos os deveres do liquidante; apenas na liquidação judicial, ele, além de prestar contas à assembleia geral, também deve fazê-lo ao juiz, de quem é auxiliar.

Em princípio, o liquidante tem as responsabilidades do administrador, previstas na Seção IV do Capítulo XII da Lei das S.A., as quais, porém, deverão ser devidamente “temperadas” e adaptadas à situação de liquidação em que se encontra a companhia¹.

O liquidante constitui o órgão de representação e gestão da companhia, substituindo os diretores, que são automaticamente afastados quando do início do processo de liquidação. Pode o liquidante ser pessoa física ou jurídica, a depender do porte e da complexidade dos negócios da companhia. Como compete ao liquidante representar a companhia e praticar todos os atos necessários à liquidação, inclusive alienar bens móveis ou imóveis, transigir, dar e receber quitação (artigo 211), tratando-se de companhia de grande porte, com número substancial de bens, uma multiplicidade de credores e elevado número de negócios pendentes, é recomendável que seja ele uma pessoa jurídica dotada de adequada organização empresarial.

Este dispositivo enumera os deveres do liquidante, de forma semelhante ao artigo 140 do derogado Decreto-Lei nº 2.627/1940 e ao artigo 660 do Decreto-Lei nº 1.608/1939, aplicável, com as necessárias adaptações, ao regime da vigente Lei das S.A., à liqui-

dação judicial. A sua obrigação principal consiste na apuração do valor do ativo, inclusive exigindo dos acionistas, se for o caso, a integralização de suas ações, com vistas ao pagamento dos credores e à partilha do saldo remanescente entre os acionistas.

Conforme o inciso I, compete ao liquidante, tão logo assumas suas funções, arquivar e publicar a ata da assembleia geral que deliberou a liquidação, sendo ela ordinária, ou a certidão da sentença, no caso da liquidação judicial. Trata-se de medida necessária à plena informação de terceiros sobre o estado de liquidação em que se encontra a companhia; com o mesmo objetivo, a Lei das S.A. determina que em todos os atos ou operações da sociedade a denominação social deverá ser seguida da expressão “em liquidação” (artigo 212).

Como o liquidante substitui a diretoria na gestão e representação, incumbe-lhe, também como medida preliminar, arrecadar os bens, livros e documentos da companhia, conservando-os em sua guarda.

Ainda como medida preliminar, deve o liquidante levantar o chamado “balanço inicial de liquidação”, ou “último balanço patrimonial” (inciso III). Trata-se de um balanço especial, levantado imediatamente após sua nomeação, no prazo fixado pela assembleia geral, na liquidação ordinária, ou pelo juiz, no caso da liquidação judicial. A finalidade de tal balanço, ainda com base no princípio contábil da continuidade, é de apresentar a última “fotografia” da situação econômico-financeira da companhia antes de entrar em liquidação. Daí por diante, como cessa a exploração do objeto social, ficando as atividades da companhia restritas aos objetivos da liquidação, os balanços seguintes – “de estado de liquidação” – deverão seguir critérios diferentes, considerando a descontinuidade dos negócios².

² MODESTO CARVALHOSA. *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas*. v. 4, t. I, 5ª edição, São Paulo: Saraiva, 2011, p. 138-139; SERGIO I. ESKENAZI PERNIDJI, “Dissolução, Liquidação e Extinção”. In: Alfredo Lamy Filho e José Luiz Bulhões Pedreira (Coord.). *Direito das Companhias*. v. II, Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 1.878. Ver, também, os comentários ao art. 213 da Lei das S.A.

¹ Ver os comentários ao art. 217 da Lei das S.A.

O inciso IV estabelece o dever principal do liquidante, que constitui a finalidade da liquidação: ultimar os negócios da companhia, ou seja, realizar o ativo, pagar os credores e partilhar o remanescente entre os acionistas.

Deve o liquidante vender da forma mais rápida e eficiente os bens da companhia, para obter, no menor período de tempo, a maior soma de recursos possível. Em princípio, incumbe ao liquidante reduzir todo o ativo a dinheiro, para depois pagar os credores. Tem, porém, liberdade para negociar com os interessados na aquisição dos bens, reduzindo parte do ativo a dinheiro e deixando parte dos bens para entregar em pagamento aos credores ou aos acionistas. Pode, ainda, alienar o ativo em bloco, se constituir a melhor alternativa para maximizar o seu valor. No desempenho de tais atividades, o liquidante, em princípio, atua sem necessidade de autorização da assembleia geral, uma vez que constitui seu dever a alienação dos bens da sociedade. Somente necessitará de autorização dos acionistas para prosseguir temporariamente, visando a facilitar a liquidação, na atividade social (artigo 211, parágrafo único).

O artigo 140, § 5º, do Decreto-Lei nº 2.627/1940, dispunha que o liquidante deveria reduzir a dinheiro todo o ativo. A vigente Lei das S.A. não mais estabelece tal dever ao liquidante, ainda que seja, na prática, o procedimento comumente adotado. Como a Lei das S.A. refere-se, no inciso IV, a “realizar o ativo”, conferiu, acertadamente, maior liberdade de atuação ao liquidante, permitindo-lhe, não apenas a venda dos bens, mas também a sua dação em pagamento aos credores, sem necessidade de aprovação dos acionistas. Pode também o liquidante proceder ao pagamento dos acionistas com os bens remanescentes, sendo necessária, para tanto, aprovação da assembleia geral, com o voto favorável de acionistas representando, pelo menos, 90% (noventa por cento) das ações (artigo 215, § 1º).

Como os contratos e dívidas da companhia não se vencem antecipadamente com a liquidação, cabe ao liquidante zelar para não precipitar nenhuma obrigação. Se resolver pagar antecipada-

mente qualquer dívida, deverá buscar descontos junto aos credores (artigo 214).

Compete ao liquidante exigir dos acionistas a integralização de suas ações. Da forma como está redigido o inciso V, poderia parecer que só se impõe tal dever se inexistirem recursos disponíveis para o pagamento dos credores. No entanto, o princípio estabelecido na norma é o da igualdade de pagamento da subscrição por parte de todos os acionistas, caso nenhum deles esteja em mora. Se nenhum deles estiver em mora, não pode o liquidante exigir a realização do capital subscrito, que visaria à consecução do objeto social. A inexigibilidade do valor a realizar, quando desnecessário para o pagamento dos credores, é compensável com o crédito dos acionistas frente à companhia, quando da partilha do remanescente. Se parte dos acionistas tiver integralizado e outra parte não, caberá ao liquidante exigir dos que estiverem em mora o pagamento da subscrição, prevalecendo o princípio da isonomia³.

O inciso VI estabelece que o liquidante deve convocar a assembleia geral semestralmente (artigo 213) ou quando julgar necessário. Nas assembleias poderão participar e votar todos os acionistas, quaisquer que sejam as suas ações. A competência para convocar a assembleia na liquidação ordinária é originária do liquidante, ainda que a sociedade mantenha em funcionamento o conselho de administração. Na liquidação judicial competirá ao juiz convocar a assembleia (artigo 213, § 2º).

Compete também ao liquidante requerer a falência da companhia⁴, caso verifique que não há possibilidade de pagar os credores

3 MODESTO CARVALHOSA. *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas...*, p. 140-141; CARLOS FULGÊNCIO DA CUNHA PEIXOTO. *Sociedades por Ações*. v. 4, São Paulo: Saraiva, 1972-73, p. 279.

4 O art. 105 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação e Falência de Empresas) assim dispõe: “Art. 105. O devedor em crise econômico-financeira que julgue não atender aos requisitos para pleitear sua recuperação judicial deverá requerer ao juízo sua falência, expondo as razões da impossibilidade de prosseguimento da atividade empresarial, acompanhadas dos seguintes documentos: I – demons-

com o ativo social. Tendo em vista a redação do inciso VII, não é necessária a prévia autorização da assembleia geral, uma vez que constitui dever do liquidante, bastando a ciência ao órgão das medidas adotadas.

Encerrada a liquidação, deve o liquidante submeter à assembleia geral relatório dos atos que praticou no seu curso, assim como as suas contas finais (inciso VIII). Trata-se do último relatório, em que prestará contas do que fez ao longo de sua gestão.

O seu dever final é o de arquivar e publicar a ata da assembleia geral que encerra a liquidação, para que possa dar início à fase seguinte, de extinção da companhia⁵. Uma vez publicada a ata da assembleia que encerra a liquidação começam a fluir os prazos prescricionais para os acionistas e credores não satisfeitos promoverem ação de responsabilidade contra o liquidante⁶.

PODERES DO LIQUIDANTE

“Art. 211. Compete ao liquidante representar a companhia e praticar todos os atos necessários à liquidação, inclusive alienar bens móveis ou imóveis, transigir, receber e dar quitação.”

trações contábeis referentes aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de: a) balanço patrimonial; b) demonstração de resultados acumulados; c) demonstração do resultado desde o último exercício social; d) relatório do fluxo de caixa; II – relação nominal dos credores, indicando endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos; III – relação dos bens e direitos que compõem o ativo, com a respectiva estimativa de valor e documentos comprobatórios de propriedade; IV – prova da condição de empresário, contrato social ou estatuto em vigor ou, se não houver, a indicação de todos os sócios, seus endereços e a relação de seus bens pessoais; V – os livros obrigatórios e documentos contábeis que lhe forem exigidos por lei; VI – relação de seus administradores nos últimos 5 (cinco) anos, com os respectivos endereços, suas funções e participação societária”.

5 Ver os comentários ao art. 219 da Lei das S.A.

6 Ver os comentários aos arts. 216 e 218 da Lei das S.A.

Parágrafo único. Sem expressa autorização da assembleia geral o liquidante não poderá gravar bens e contrair empréstimos, salvo quando indispensáveis ao pagamento de obrigações inadiáveis, nem prosseguir, ainda que para facilitar a liquidação, na atividade social.”

Com o início da liquidação, os diretores são automaticamente destituídos de suas funções, que passam a ser exercidas pelo liquidante (artigo 208).

Compete ao liquidante a prática de todos os atos de gestão da companhia, tendo em vista as finalidades da liquidação: realizar o ativo, pagar os credores e ratear o saldo entre os acionistas. Cabe-lhe também representar a companhia em todos os atos e negócios jurídicos em que ela participar ativa e passivamente nas instâncias judicial e extrajudicial.

Os poderes de gestão e representação do liquidante são amplos, uma vez que ele pode, em princípio, sem necessidade de prévia autorização da assembleia geral, alienar bens móveis ou imóveis, transigir, receber e dar quitação. Tem, assim, da mesma forma que os administradores, discricionariedade para praticar todos os atos necessários à execução dos deveres que lhe são cometidos em lei. A diferença é que, enquanto aos administradores, no curso normal da sociedade, cabe perseguir o objeto social de forma lucrativa, ao liquidante incumbe realizar o ativo, pagar o passivo e partilhar o saldo entre os acionistas.

Como constitui um dos deveres essenciais do liquidante realizar o ativo (artigo 210, inciso IV), ele não necessita, em seus atos de disposição dos bens da sociedade, de prévia concordância dos acionistas. Assim, da própria natureza da liquidação decorre a liberdade suficiente conferida ao liquidante para que ele pratique os atos que levarão à conclusão da liquidação e conseqüente extinção da companhia¹.

1 EGBERTO LACERDA TEIXEIRA e JOSÉ ALEXANDRE TAVARES GUERREIRO. *Das Sociedades Anônimas no Direito Brasileiro*. v. 2, São Paulo: José Bushatsky, 1979, p. 632.

No entanto, há necessidade de expressa autorização da assembleia geral para que o liquidante possa gravar bens e contrair empréstimos, exceto se forem operações de caráter urgente e inadiável; encontra-se dentro da discricionariedade do liquidante avaliar o que é urgente, podendo a autorização ser deliberada por assembleia de ratificação.

DENOMINAÇÃO DA COMPANHIA

“Art. 212. Em todos os atos ou operações, o liquidante deverá usar a denominação social seguida das palavras ‘em liquidação’.”

A dissolução não acarreta a perda da personalidade jurídica da companhia, que remanesce até a sua extinção, com a finalidade de proceder à liquidação (artigo 207).

Em atenção ao princípio da publicidade, que prevalece na sociedade por ações, a expressão “em liquidação” deve ser utilizada em todos os atos e operações da companhia, permitindo a terceiros o pleno conhecimento da sua situação.

Trata-se de uma obrigação legal do liquidante, que é o representante legal da companhia, em todos os seus atos; assim, ao contratar, em nome da companhia, omitindo a sua situação legal, responde pessoalmente pelos eventuais danos que a não revelação causar a terceiros¹.

ASSEMBLEIA GERAL

“Art. 213. O liquidante convocará a assembleia geral cada 6 (seis) meses, para prestar-lhe contas dos atos e operações praticados no semestre e apresentar-lhe o relatório e o

balanço do estado da liquidação; a assembleia geral pode fixar, para essas prestações de contas, períodos menores ou maiores que, em qualquer caso, não serão inferiores a 3 (três) nem superiores a 12 (doze) meses.

§ 1º Nas assembleias gerais da companhia em liquidação todas as ações gozam de igual direito de voto, tornando-se ineficazes as restrições ou limitações porventura existentes em relação às ações ordinárias ou preferenciais; cessando o estado de liquidação, restaura-se a eficácia das restrições ou limitações relativas ao direito de voto.

§ 2º No curso da liquidação judicial, as assembleias gerais necessárias para deliberar sobre os interesses da liquidação serão convocadas por ordem do juiz, a quem compete presidi-las e resolver, sumariamente, as dúvidas e litígios que forem suscitados. As atas das assembleias gerais serão, por cópias autênticas, apensadas ao processo judicial.”

No curso da liquidação, há 2 (dois) órgãos de funcionamento obrigatório: (i) o liquidante, que substitui os diretores, automaticamente destituídos de suas funções; e (ii) a assembleia geral. O conselho de administração e o conselho fiscal podem ou não continuar em funcionamento (artigo 208).

O liquidante constitui órgão de representação e de gestão da companhia, orientando-a para alcançar a finalidade da liquidação: realizar o ativo, pagar o passivo e ratear o saldo entre os acionistas.

A assembleia geral continua em funcionamento, sofrendo, porém, algumas modificações, se comparada a de uma sociedade por ações em situação normal. Tais alterações verificam-se após a entrada no regime de liquidação, que ocorre com a nomeação e posse do liquidante. Assim, no momento em que a assembleia delibera a dissolução (artigo 206), seu regime legal ainda é o do funcionamento normal da companhia, não se aplicando a tal conclave as regras do presente dispositivo.

¹ Ver os comentários ao art. 218 da Lei das S.A.

Após o ingresso da companhia no regime de liquidação, institui-se nova sistemática de convocação da assembleia geral: a competência é do liquidante, na liquidação ordinária, e do juiz na liquidação judicial. Porém, não há normas especiais quanto ao modo de convocação, *quorum* de instalação e de deliberações, legitimação e representação, livro de presença, mesa e ata da assembleia, aplicando-se, com as adaptações necessárias, os artigos 124, 125, 126, 127, 128, 129 e 130.

A assembleia geral ordinária de liquidação será convocada a cada 6 (seis) meses ou em períodos maiores ou menores determinados em assembleia, que não serão inferiores a 3 (três) nem superiores a 12 (doze) meses, tendo a mesma finalidade: prestação de contas por parte do liquidante dos atos e operações praticados no período e apresentação do relatório e do balanço do estado da liquidação.

Se não for convocada a assembleia geral ordinária no período máximo de sua realização, seja na liquidação ordinária, seja na liquidação judicial, qualquer acionista poderá convocá-la, mediante aplicação analógica do artigo 123.

Na companhia em liquidação judicial, a assembleia será presidida pelo juiz, a quem competirá resolver as dúvidas e litígios que surgirem. Caso o juiz não se sinta apto a fazê-lo, por não ter experiência em matéria societária, poderá designar um acionista, preferencialmente o titular do maior número de ações, ou seu representante, para presidir os trabalhos, remanescendo sempre a sua competência para dirimir as controvérsias surgidas. Na companhia em liquidação ordinária, competirá ao acionista majoritário presidir a assembleia ou designar quem a presida.

A assembleia geral extraordinária poderá ser convocada a qualquer momento, pelo liquidante, na liquidação ordinária, ou pelo juiz, na liquidação judicial. Sua finalidade é deliberar sobre questões urgentes e inadiáveis, cuja solução não possa aguardar a realização da próxima assembleia geral ordinária, tendo em vista a sua periodicidade mínima de 3 (três) meses.

No curso da liquidação, instaura-se o sistema da assembleia universal: todos os acionistas têm igual direito de voto, tornando-se ineficazes as restrições ou limitações eventualmente existentes com relação às ações ordinárias ou preferenciais. Assim, se o estatuto estabelece que as ações preferenciais não têm direito de voto, a restrição desaparece com o início da liquidação, que se verifica com a nomeação e posse do liquidante.

O dispositivo declara a ineficácia de cláusulas restritivas ou limitadoras do direito de voto aplicáveis a todos os acionistas, ou seja, aquelas de caráter institucional, contidas no estatuto social. Mas, continuam em vigor os acordos de acionistas, que constituem contratos parassociais, ou seja, à margem da sociedade, nos quais vige plenamente o postulado da autonomia de vontade das partes, inclusive no que se refere aos acordos de voto.

O sistema da assembleia universal é coerente com a natureza do regime de liquidação, no qual os interesses dos acionistas são rigorosamente os mesmos: participar no acervo, em igualdade de condições, após o pagamento dos credores da companhia.

A atribuição do direito de voto a todos os acionistas pode introduzir alteração no poder de controle, que constitui uma situação de fato, decorrente da titularidade da maioria das ações com direito de voto. Não desaparece a figura do acionista controlador, mas o controle, como uma situação fática, pode ser alterado pela atribuição do direito de voto a acionistas que antes não o detinham. O acionista controlador, na nova situação da companhia, deverá orientá-la para a finalidade da liquidação: realizar o ativo, pagar os credores e partilhar o saldo entre os acionistas.

Permanece o poder-dever do acionista controlador de preservar os direitos e interesses dos trabalhadores e da comunidade onde atua a companhia, agora limitado à regularidade dos atos de liquidação. Ademais, o elenco exemplificativo de modalidades de exercício abusivo do poder de controle (artigo 117, § 1º) deve ser adaptado

à nova situação, ficando caracterizado o abuso se o controlador: (i) orientar a liquidação para favorecer outra sociedade, em detrimento dos acionistas minoritários ou da economia nacional (alínea “a”); (ii) promover a liquidação de companhia próspera (alínea “b”); (iii) eleger liquidante ou membro do conselho de administração ou do conselho fiscal que saiba inepto, moral ou tecnicamente (alínea “d”); (iv) induzir ou tentar induzir o liquidante e os membros do conselho fiscal e de administração a praticar ato ilegal ou contrário ao estatuto (alínea “e”); (v) contratar com a companhia, direta ou indiretamente, em condições de favorecimento ou não equitativas (alínea “f”); e (vi) aprovar contas irregulares do liquidante (alínea “g”)¹.

Nas assembleias gerais ordinárias, o liquidante deverá apresentar prestação de contas dos atos e operações praticados no semestre, ou no período compreendido entre uma assembleia e outra, se a periodicidade de sua realização não for semestral, assim como apresentar relatório e balanço do estado da liquidação.

O balanço de liquidação difere das demonstrações contábeis, as quais devem exprimir não só a situação do patrimônio da companhia, como também as mutações ocorridas no exercício². Com efeito, iniciada a liquidação, cessa o estado de continuidade da companhia, que, embora mantendo a personalidade jurídica, tem suas atividades dirigidas para a realização do ativo, pagamento do passivo e partilha do saldo entre os acionistas.

1. O BALANÇO DE LIQUIDAÇÃO

O balanço de liquidação constitui um demonstrativo contábil que apresenta uma situação estática, como uma fotografia do patrimônio, evidenciando a fase em que se encontra a liquidação, ou

¹ MAURO RODRIGUES PENTEADO. *Dissolução e Liquidação de Sociedades*. Brasília: Livraria e Editora Brasília Jurídica, 1995, p. 217.
² Ver os comentários ao art. 176 da Lei das S.A.

seja, mostrando quais os elementos integrantes do ativo que foram realizados, bem como quais os do passivo que foram quitados.

Como o objetivo do balanço de liquidação é determinar, do modo mais aproximado possível, o valor do patrimônio para fins de sua alienação, de nada adiantaria tomar por base o valor contábil do ativo e do passivo, uma vez que estes, quando realizados, podem demonstrar-se irreais. Assim, o acervo patrimonial deve ser avaliado por seu valor provável de realização, ou seja, por seu valor de mercado. Abandona-se o valor de mensuração dos ativos e passivos utilizados quando do pressuposto da continuidade, como, por exemplo, o custo histórico, valor presente, valor justo, etc., os quais são determinados pelas normas contábeis vigentes e adotam-se os valores líquidos de realização. As marcas, patentes, o ponto comercial, e outros intangíveis, se puderem ter vida independente, ou seja, se continuarem a existir mesmo com a extinção da sociedade, devem também ser avaliados por seu valor líquido de realização³.

PAGAMENTO DO PASSIVO

“Art. 214. Respeitados os direitos dos credores preferenciais, o liquidante pagará as dívidas sociais proporcionalmente e sem distinção entre vencidas e vincendas, mas, em relação a estas, com desconto às taxas bancárias.

Parágrafo único. Se o ativo for superior ao passivo, o liquidante poderá, sob sua responsabilidade pessoal, pagar integralmente as dívidas vencidas.”

O dispositivo estabelece, de forma bastante ampla, os princípios a serem adotados pelo liquidante para o pagamento das dívidas da companhia em liquidação.

³ MARTINHO MAURICIO GOMES DE ORNELAS. *Avaliação de Sociedades*. São Paulo: Atlas, 2001, p. 63.

Como a liquidação não se equipara ao concurso universal de credores, a norma prevê um padrão de comportamento a ser seguido de forma discricionária pelo liquidante, visando a antecipar a liquidação, se possível, ou a concluí-la dentro do prazo fixado pela assembleia geral. Há, portanto, margem de manobra para o liquidante negociar com os credores, objetivando minimizar os pagamentos, para que o saldo a partilhar entre os acionistas seja o maior possível¹.

A norma impõe ao liquidante a obrigação de respeitar os direitos dos credores preferenciais; assim, deve ele, antes de pagar os credores desprovidos do direito de prelação, preservar aqueles créditos que, por lei ou contrato, disponham de uma qualificação que imponha o seu pagamento preferencial, ou que sejam dotados de garantia, pessoal ou real, que o coloquem em situação privilegiada com relação aos demais².

Aparecem, em primeiro lugar, os créditos com garantia real, não podendo o liquidante vender os bens dados em garantia sem provisionar os valores recebidos em favor do credor. No âmbito da companhia, constituem credores preferenciais aqueles com garantia real e flutuante, inclusive debenturistas³. Em seguida, as dívidas de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e de indenização por acidentes de trabalho, que preferem aos credores quirografários⁴.

1 MODESTO CARVALHOSA. *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas*. v. 4, t. I, 5ª edição, São Paulo: Saraiva, 2011, p. 169-170.

2 MAURO RODRIGUES PENTEADO. *Dissolução e Liquidação de Sociedades*. Brasília: Livraria e Editora Brasília Jurídica, 1995, p. 233.

3 Note-se que a preferência do debenturista, titular de debêntures com garantia real, se exerce até o valor dos bens dados em garantia. Na hipótese do produto da venda do bem vinculado à satisfação do crédito não ser suficiente para o seu pagamento, esse crédito é reclassificado como quirografário contra a companhia emissora e concorrerá com os demais credores dessa natureza. Ver os comentários ao art. 58 da Lei das S.A.

4 Nesse sentido, assim dispõe o art. 83 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação e Falência de Empresas, com as alterações incluídas pela Lei Complementar nº 147/2014): "Art. 83. A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte

Depois de pagos os credores preferenciais, serão atendidos os credores quirografários, entre os quais os titulares de debêntures sem garantia. As debêntures subordinadas serão pagas depois de satisfeitos todos os credores quirografários. O saldo porventura existente será rateado entre os acionistas (artigo 58).

A Lei das S.A. estabelece o sistema de rateio proporcional dos créditos entre os credores. Assim, uma vez satisfeitos os credores preferenciais, o liquidante passará a pagar os quirografários, de modo proporcional ao crédito de cada um, sem distinguir entre dívidas vencidas e vincendas, uma vez que a finalidade da liquidação é o pagamento de todos os credores.

ordem: I - os créditos derivados da legislação do trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho; II - créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; III - créditos tributários, independentemente de sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias; IV - créditos com privilégio especial, a saber: a) os previstos no art. 964 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; b) os assim definidos em outras leis civis e comerciais, salvo disposição contrária desta Lei; c) aqueles a cujos titulares a lei confira o direito de retenção sobre a coisa dada em garantia; d) aqueles em favor dos microempreendedores individuais e das microempresas e empresas de pequeno porte de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; V - créditos com privilégio geral, a saber: a) os previstos no art. 965 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; b) os previstos no parágrafo único do art. 67 desta Lei; c) os assim definidos em outras leis civis e comerciais, salvo disposição contrária desta Lei; VI - créditos quirografários, a saber: a) aqueles não previstos nos demais incisos deste artigo; b) os saldos dos créditos não cobertos pelo produto da alienação dos bens vinculados ao seu pagamento; c) os saldos dos créditos derivados da legislação do trabalho que excederem o limite estabelecido no inciso I do caput deste artigo; VII - as multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, inclusive as multas tributárias; VIII - créditos subordinados, a saber: a) os assim previstos em lei ou em contrato; b) os créditos dos sócios e dos administradores sem vínculo empregatício. § 1º Para os fins do inciso II do caput deste artigo, será considerado como valor do bem objeto de garantia real a importância efetivamente arrecadada com sua venda, ou, no caso de alienação em bloco, o valor de avaliação do bem individualmente considerado. § 2º Não são oponíveis à massa os valores decorrentes de direito de sócio ao recebimento de sua parcela do capital social na liquidação da sociedade. § 3º As cláusulas penais dos contratos unilaterais não serão atendidas se as obrigações neles estipuladas se vencerem em virtude da falência. § 4º Os créditos trabalhistas cedidos a terceiros serão considerados quirografários".

Como a liquidação não acarreta o vencimento antecipado das dívidas, o credor, mesmo preferencial, não pode exigir o seu pagamento antecipado. O liquidante deverá pagar as dívidas vincendas com desconto, igual ou próximo ao praticado pelas instituições financeiras. As taxas bancárias seriam, em princípio, aquelas cobradas por bancos de primeira linha para a concessão de empréstimos de igual valor, não se admitindo as taxas aplicáveis às operações de contas garantidas, excessivamente onerosas para o mutuário⁵.

Se existir disponibilidade patrimonial e insuficiência de numerário em caixa, poderá o liquidante pagar preliminarmente os créditos vencidos, para evitar demandas judiciais ou o requerimento de falência. Nesse sentido, o parágrafo único permite que o liquidante, sob sua responsabilidade pessoal, pague integralmente as dívidas vencidas⁶.

PARTILHA DO ATIVO

“Art. 215. A assembleia geral pode deliberar que antes de ultimada a liquidação, e depois de pagos todos os credores, se façam rateios entre os acionistas, à proporção que se forem apurando os haveres sociais.

§ 1º É facultado à assembleia geral aprovar, pelo voto de acionistas que representem 90% (noventa por cento), no mínimo, das ações, depois de pagos ou garantidos os credores, condições especiais para a partilha do ativo remanescente, com a atribuição de bens aos sócios, pelo valor contábil ou outro por ela fixado.

§ 2º Provado pelo acionista dissidente (artigo 216, § 2º) que as condições especiais de partilha visaram a favorecer

5 SERGIO I. ESKENAZI PERNIDJI, “Dissolução, Liquidação e Extinção”. In: Alfredo Lamy Filho e José Luiz Bulhões Pedreira (Coord.). *Direito das Companhias*. v. II, Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 1.889.

6 MAURO RODRIGUES PENTEADO. *Dissolução e Liquidação de Sociedades...*, p. 235 e 236.

a maioria, em detrimento da parcela que lhe tocaria, se inexistissem tais condições, será a partilha suspensa, se não consumada, ou, se já consumada, os acionistas majoritários indenizarão os minoritários pelos prejuízos apurados.”

A Lei das S.A. estabelece o princípio de que, respeitados os direitos dos credores preferenciais, as dívidas devem ser pagas proporcionalmente e sem distinção entre vencidas e vincendas. Não se equiparando a liquidação ao concurso universal de credores, ela não acarreta o vencimento antecipado das dívidas, tendo, o liquidante, margem de manobra para negociar com os credores, visando a minimizar o montante de recursos despendidos com os pagamentos, de sorte a que o saldo a partilhar entre os acionistas seja o maior possível (artigo 214).

O dispositivo, em seu *caput*, trata da partilha antecipada em dinheiro entre os acionistas, mediante rateio; assim, evita-se que o numerário já apurado com a venda parcial dos bens tenha que ficar à espera de sua realização total para ser dividido entre os acionistas. Há 2 (dois) requisitos indispensáveis para a partilha antecipada em dinheiro: (i) aprovação pela assembleia geral, seguindo-se a regra geral da maioria absoluta de votos, posto que a norma é omissa a respeito; e (ii) prévio pagamento de todos os credores.

Na partilha antecipada, devem ser pagos, em primeiro lugar, os titulares de ações preferenciais com prioridade no reembolso do capital, com ou sem prêmio (artigo 17); em seguida, os acionistas com ações ordinárias e preferenciais sem prioridade no reembolso do capital; depois, as ações de fruição emitidas em substituição de ações amortizadas, as quais só concorrerão ao acervo líquido depois de assegurado às ações não amortizadas valor igual ao da amortização (artigo 44, § 5º). Os pagamentos serão sempre feitos mediante rateio, em obediência ao princípio da isonomia entre ações de mesma espécie e classe, se não houver recursos para pagar todos

os acionistas na mesma situação. Assim, por exemplo, se o montante de numerário disponível for suficiente para pagar apenas parte do valor das ações preferenciais com prioridade no reembolso, haverá o rateio entre elas e os demais acionistas aguardarão as próximas apurações dos bens integrantes do ativo social, recebendo o valor de suas ações somente após o pagamento integral das preferenciais com prioridade.

O § 1º estabelece o sistema da partilha “em condições especiais”. Dado o seu caráter extraordinário, tal modalidade de partilha, que somente pode ser adotada depois de pagos todos os credores, deve ser aprovada por acionistas representando 90% (noventa por cento), no mínimo, das ações.

Deliberada a partilha em “condições especiais”, o acionista, se aceitar, recebe o seu quinhão em bens de qualquer natureza integrantes do ativo da companhia, como equipamentos, estoques, ou mesmo direitos, títulos ou valores mobiliários, franquias, desde que suscetíveis de avaliação.

Como no balanço de liquidação os bens integrantes do acervo patrimonial devem ser contabilizados pelo seu valor provável de realização, ou seja, pelo seu valor de mercado, a assembleia deverá deliberar que eles serão atribuídos aos acionistas com base em tal critério. Já estando tais bens contabilizados por seu valor de realização, não há necessidade de se proceder à sua avaliação específica na forma do artigo 8º.

O acionista que discordar das “condições especiais” de partilha do ativo remanescente, ou seja, daquela realizada em bens, por entender que favorecem o acionista controlador, em prejuízo de seu quinhão, terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata da assembleia, para propor medida judicial de anulação da partilha e ressarcimento de perdas e danos sofridos (artigo 216).

PRESTAÇÃO DE CONTAS

“Art. 216. Pago o passivo e rateado o ativo remanescente, o liquidante convocará a assembleia geral para a prestação final das contas.

§ 1º Aprovadas as contas, encerra-se a liquidação e a companhia se extingue.

§ 2º O acionista dissidente terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da ata, para promover a ação que lhe couber.”

O dispositivo trata da fase final da liquidação, na qual o liquidante deve prestar contas de sua atuação; aprovadas as contas, verifica-se o encerramento da liquidação e a extinção da companhia.

Depois de pagos todos os credores, primeiramente os preferenciais e depois os quirografários, sem distinguir entre as dívidas vencidas e as vincendas (artigo 214), deve o liquidante promover o rateio do remanescente entre os acionistas (artigo 215), após o que apresentará as contas de sua gestão à assembleia geral.

A assembleia será convocada pelo conselho de administração, se estiver em funcionamento, ou pelo liquidante, na liquidação ordinária; na liquidação judicial competirá ao juiz a sua convocação.

Na assembleia para aprovação das contas todos os acionistas têm igual direito de voto, sendo assim ineficazes as restrições ou limitações estatutárias existentes com relação às ações ordinárias ou preferenciais (artigo 213, § 1º).

A prestação final das contas deve ser a mais completa possível, abrangendo todo o período da liquidação. Cabe ao liquidante descrever os atos praticados ao longo de sua gestão, os recursos arrecadados com a venda dos bens integrantes do ativo, os valores pagos aos credores e o procedimento adotado para a partilha do ativo remanescente. Se estiver em funcionamento, o conselho fiscal opinará sobre a prestação de contas e o balanço final de liquidação.

Ainda que a Lei das S.A. não mencione expressamente, deve ser levantado um balanço final da liquidação. O eventual ativo residual será distribuído entre os acionistas. Após a aprovação da prestação de contas e do balanço final, o resíduo constitui um crédito dos acionistas contra a sociedade¹.

O crédito residual, embora raro, pode originar-se de lucros apurados na fase final da liquidação e não atribuídos aos acionistas, dada a impossibilidade jurídica de distribuição de dividendos no curso da liquidação, o que evidentemente afetaria o direito dos credores de receber os seus créditos. Na distribuição do resíduo segue-se a preferência de ordem prevista para o rateio, cabendo aos titulares de ações preferenciais com prioridade no reembolso do capital receber a sua parcela antes dos demais acionistas.

Uma vez aprovados a prestação de contas e o balanço final de liquidação, encerra-se a liquidação e extingue-se a companhia, nos termos do § 1º e do artigo 219, cabendo ao liquidante praticar o ato final: arquivar e publicar a ata da assembleia geral que encerra a liquidação (artigo 210, inciso IX). A eficácia da extinção, perante terceiros, depende do arquivamento da ata na Junta Comercial e da respectiva publicação².

1 PONTES DE MIRANDA. *Tratado de Direito Privado*. t. II, 3ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984, p. 44-45.

2 Anteriormente à entrada em vigor da Lei Complementar nº 147/2014, o extinto Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC condicionava o arquivamento de atos de extinção à apresentação (i) da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; (ii) da Certidão Negativa de Débito fornecida pela Secretaria de Receita Previdenciária; e (iii) do Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal. A Lei Complementar nº 147/2014 incluiu o art. 7º-A na Lei nº 11.598/2007, que afastou a exigência dessas certidões para o registro de atos societários, ao prever, em seu *caput*, que: “O registro dos atos constitutivos, de suas alterações e extinções (baixas), referentes a empresários e pessoas jurídicas em qualquer órgão dos 3 (três) âmbitos de governo, ocorrerá independentemente da regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias, do empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas de

Arquivada e publicada a ata, opera-se a extinção da companhia, para todos os efeitos legais, desaparecendo a pessoa jurídica, a despeito de ainda remanescerem credores. Diversamente do que se verifica no nascimento da companhia, cercado de formalidades legais, a sua “morte” ocorre com pouca cerimônia³. Ao credor não satisfeito restará o direito de exigir dos acionistas o pagamento de seu crédito, até o limite dos valores por eles recebidos, e de propor contra o liquidante ação de perdas e danos⁴. Com efeito, não há interesse em manter e perpetuar divergências acerca de um empreendimento já desativado⁵.

O acionista que não estiver de acordo com a deliberação da assembleia de aprovar a prestação final das contas e encerrar a liquidação pode promover, no prazo decadencial de 30 (trinta) dias contados da publicação da ata: ação de anulação da deliberação, se a assembleia foi irregularmente convocada ou instalada, violou a lei o estatuto, ou foi eivada de erro, dolo, fraude ou simulação (artigo 286); ou ação de indenização contra o acionista controlador, se demonstrado que as condições especiais da partilha o favoreceram (artigo 215, § 2º).

A expressão “acionista dissidente”, constante do § 2º, é bastante abrangente, incluindo não apenas o que comparece à assembleia e vota contra, como também o que não comparece e o que, comparecendo, não vota⁶.

que participem, sem prejuízo das responsabilidades do empresário, dos titulares, dos sócios ou dos administradores por tais obrigações, apuradas antes ou após o ato de extinção”. Tais mudanças já se encontram refletidas nas Instruções Normativas do Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI, cujos Manuais de Registro de Empresário Individual, Sociedade Limitada, Cooperativa e Sociedade Anônima, aprovados pela Instrução Normativa DREI nº 10/2013, foram alterados pela Instrução Normativa DREI nº 26/2014.

3 PAUL DAVIES. *Gower and Davies: Principles of Modern Company Law*. 7th edition, London: Sweet and Maxwell, 2003, p. 864.

4 Ver os comentários ao art. 218 da Lei das S.A.

5 MAURO RODRIGUES PENTEADO. *Dissolução e Liquidação de Sociedades*. Brasília: Livraria e Editora Brasília Jurídica, 1995, p. 243.

6 Nesse sentido, a decisão da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, proferida nos autos do Recurso Especial nº 570.028-AP, Rel. Min. Castro Filho, j. em 03.03.2005, publicada no DJU em 02.05.2005.

A medida prevista não exclui outras, também eventualmente cabíveis: a ação de reparação de danos contra o liquidante, administradores, membros do conselho fiscal e acionistas controladores (artigo 287, inciso III, alínea “b”).

RESPONSABILIDADE NA LIQUIDAÇÃO

“Art. 217. O liquidante terá as mesmas responsabilidades do administrador, e os deveres e responsabilidades dos administradores, fiscais e acionistas subsistirão até a extinção da companhia.”

A norma trata da responsabilidade do liquidante, administradores e acionistas, que subsiste até a extinção da companhia. Como a sociedade conserva a sua personalidade jurídica até a extinção, permanece a responsabilidade de seus gestores, visando a proteger terceiros que com ela contrataram.

O liquidante constitui órgão de representação e gestão da companhia, em substituição aos diretores, automaticamente afastados quando inicia o processo de liquidação. A sua obrigação principal é a de apurar o valor do ativo com vistas ao pagamento dos credores e à partilha do saldo remanescente entre os acionistas (artigo 210, inciso IV).

O dispositivo, ao estabelecer que o liquidante tem as responsabilidades do administrador, deve ser adaptado à situação especial em que se encontra a companhia dissolvida, que mantém a sua personalidade jurídica para o fim exclusivo de proceder à liquidação. Com efeito, os poderes do liquidante vinculam-se à prática dos atos necessários à liquidação, não à realização do objeto social com intuito lucrativo¹.

¹ Ver os comentários ao art. 211 da Lei das S.A.

Assim, o liquidante não pode ficar restrito às normas que disciplinam os deveres do administrador (artigos 153 a 157), que pressupõem uma companhia em funcionamento, visando a executar o seu objeto social e a produzir lucros para reparti-los entre os acionistas².

O dever essencial do liquidante é o de atuar com diligência no exercício de suas funções estabelecidas em lei. Ou seja, ao desempenhar os deveres que lhe são especificamente cometidos no artigo 210, deve agir com a diligência que se requer do administrador competente³.

A finalidade de suas atribuições deve ser exercida não com vistas a lograr os fins da companhia, mas visando aos objetivos da liquidação. É vedado ao liquidante: (i) praticar ato de liberalidade à custa da companhia; (ii) tomar por empréstimo bens ou recursos da companhia sem autorização da assembleia geral ou do conselho de administração; e (iii) receber de terceiro qualquer modalidade de vantagem pessoal em razão de seu cargo (artigo 154).

Deve também o liquidante servir com lealdade à companhia, não podendo: utilizar oportunidade comercial da sociedade em proveito próprio; e omitir-se no exercício ou proteção de direitos da companhia. Os demais *standards* de conduta incluídos no dever de lealdade são manifestamente inaplicáveis à situação da companhia em liquidação.

Da mesma forma, não se aplicam ao liquidante os padrões de conduta referentes ao “dever de informar”, que se referem à companhia aberta no exercício normal de suas atividades⁴. Não obstante, a companhia deve prestar à Comissão de Valores Mobiliários informações referentes ao estado de liquidação, tais como: o quadro geral

² SERGIO I. ESKENAZI PERNIDJI, “Dissolução, Liquidação e Extinção”. In: Alfredo Lamy Filho e José Luiz Bulhões Pedreira (Coord.). *Direito das Companhias*. v. II, Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 1.872.

³ Ver os comentários ao art. 153 da Lei das S.A.

⁴ Ver os comentários ao art. 157 da Lei das S.A.

de credores, o relatório e balanço final de liquidação, com prestação de contas do liquidante, e ato de encerramento da liquidação⁵.

Por outro lado, aplica-se ao liquidante a vedação de intervir em qualquer operação em que tiver interesse conflitante com o da companhia, somente podendo com ela contratar em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às de mercado (artigo 156).

Também aos membros do conselho de administração e do conselho fiscal, no curso da liquidação, cabe, da mesma forma que ao liquidante, obedecer, devidamente “temperados” à situação da companhia, os deveres de: (i) diligência; (ii) lealdade; (iii) atuar com vistas a atender os objetivos da liquidação; e (iv) não intervir em operação na qual tenha interesse conflitante com o da companhia. Caso o conselho de administração tenha escolhido o liquidante, seus membros poderão ser responsabilizados por culpa *in eligendo*, se ele se demonstrar inapto moral ou tecnicamente⁶.

A responsabilidade dos administradores existe tanto com relação aos atos posteriores à dissolução, como também aqueles cometidos antes dela.

Também pode ser responsabilizado o acionista controlador que atuar com abuso de poder, utilizando sua posição para obter vantagens em detrimento dos demais acionistas, dos que trabalham na companhia e da comunidade em que atua⁷.

O liquidante, assim como o administrador, não é pessoalmente responsável pelas obrigações que contrair em nome da sociedade e em virtude de ato regular de gestão, respondendo, porém, pelos prejuízos que causar quando: atuar com culpa ou dolo; ou com violação da lei ou do estatuto (artigo 158).

5 Ver os comentários ao art. 206 da Lei da S.A. Ver, também, arts. 40 e 41 da Instrução CVM nº 480/2009.

6 Ver os comentários ao art. 142 da Lei das S.A.

7 Ver os comentários aos arts. 116 e 213 da Lei das S.A.

Para que a companhia possa propor ação de responsabilidade civil contra o liquidante e os administradores pelos prejuízos causados ao seu patrimônio, deve haver prévia deliberação da assembleia geral. Trata-se da chamada “ação social”, cujos resultados beneficiam a companhia, ainda que tenha sido proposta por acionista (artigo 159).

DIREITO DE CREDOR NÃO SATISFEITO

“Art. 218. Encerrada a liquidação, o credor não satisfeito só terá direito de exigir dos acionistas, individualmente, o pagamento de seu crédito, até o limite da soma, por eles recebida, e de propor contra o liquidante, se for o caso, ação de perdas e danos. O acionista executado terá direito de haver dos demais a parcela que lhes couber no crédito pago.”

Encerrada a liquidação e extinta a companhia, desaparece sua personalidade jurídica, podendo os eventuais credores remanescentes cobrar apenas dos acionistas, caso eles tenham recebido dinheiro ou bens em partilha. Tendo ocorrido partilha, ocorre a sucessão nos débitos da pessoa jurídica que acompanham o quinhão recebido pelo acionista¹.

Ainda que subsista credor não satisfeito, não há, em nosso sistema jurídico, qualquer possibilidade de cogitar-se da “reconstituição” ou “restauração” da companhia extinta, posto que o acionista que tiver recebido seu quinhão irregularmente deverá responder pelas dívidas da sociedade, até aquele valor².

Como o patrimônio constitui a garantia dos credores, somente poderia ser partilhado entre os acionistas o remanescente após terem

1 MODESTO CARVALHOSA. *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas*. v. 4, t. 1, 5ª edição, São Paulo: Saraiva, 2011, p. 198.

2 MAURO RODRIGUES PENTEADO. *Dissolução e Liquidação de Sociedades*. Brasília: Livraria e Editora Brasília Jurídica, 1995, p. 244-245.

sido pagas todas as dívidas da companhia. A partilha sem prévio pagamento dos credores caracteriza liquidação irregular, acarretando a responsabilidade dos acionistas, até o limite da soma por eles individualmente recebida, e do próprio liquidante, se houver infração aos seus deveres³.

A obrigação do acionista de pagar o credor não satisfeito está limitada, conforme a dicção expressa do dispositivo, ao valor da soma que ele recebeu. Assim, há responsabilidade individual, limitada ao montante percebido irregularmente, no curso da partilha final e de eventuais rateios anteriores, nele não se incluindo valores recebidos pelo acionista a qualquer título antes da dissolução.

Existe uma aparente contradição entre a limitação da responsabilidade do acionista até o limite da soma por ele recebida e a frase final da norma, nos termos da qual “o acionista executado terá direito de haver dos demais a parcela que lhes couber no crédito pago”. O que o dispositivo determina é que, caso o acionista pague o credor, sempre até o limite do seu quinhão, terá direito de regresso contra os demais acionistas, proporcionalmente ao quinhão recebido por cada um deles, para que não ocorra o enriquecimento sem causa.

SEÇÃO III

EXTINÇÃO

“Art. 219. Extingue-se a companhia:

I – pelo encerramento da liquidação;

II – pela incorporação ou fusão, e pela cisão com versão de todo o patrimônio em outras sociedades.”

³ Ver, a propósito, decisão da 2ª Turma de Alçada Civil do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 203.870-1, j. em 03.06.1987, Rel. Des. Debatim Cardoso, comentada por CESAR AMENDOLARA, “Dissolução de S/A. Liquidação Irregular. Responsabilidade dos Administradores”, *Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 114, abril-junho, 1999, p. 189.

A “morte” ou extinção da companhia, de acordo com o previsto no inciso I, ocorre uma vez aprovada a prestação final das contas, arquivada e publicada a ata da assembleia geral que houver encerrado a liquidação (artigos 210, inciso IX, e 216, § 1º), providência necessária para que a eficácia do ato opere-se *erga omnes*¹.

Extinta a companhia, pelo encerramento da liquidação, desaparece a sua personalidade jurídica e o seu patrimônio. Os antigos acionistas tornam-se os sucessores legais da companhia, no montante do quinhão que receberam do patrimônio remanescente. Assim, pode o credor insatisfeito apenas exigir dos acionistas, individualmente, o pagamento de seu crédito, até o limite da soma por eles recebida, e propor, se for o caso, ação de perdas e danos contra o liquidante (artigo 218).

A existência de ações judiciais em curso não impede a extinção da companhia nem o arquivamento da ata da assembleia que aprovou o encerramento da liquidação, não se podendo pretender

¹ A esse respeito, anteriormente à entrada em vigor da Lei Complementar nº 147/2014, o extinto Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC condicionava o arquivamento de atos de extinção à apresentação: (i) da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, (ii) da Certidão Negativa de Débito fornecida pela Secretaria de Receita Previdenciária, e (iii) do Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal. A Lei Complementar nº 147/2014 incluiu o art. 7º-A na Lei nº 11.598/2007, que afastou a exigência dessas certidões para o registro de atos societários, ao prever, em seu *caput*, que: “O registro dos atos constitutivos, de suas alterações e extinções (baixas), referentes a empresários e pessoas jurídicas em qualquer órgão dos 3 (três) âmbitos de governo, ocorrerá independentemente da regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias, do empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas de que participem, sem prejuízo das responsabilidades do empresário, dos titulares, dos sócios ou dos administradores por tais obrigações, apuradas antes ou após o ato de extinção”. Tais mudanças já se encontram refletidas nas Instruções Normativas do Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI, cujos Manuais de Registro de Empresário Individual, Sociedade Limitada, Cooperativa e Sociedade Anônima, aprovados pela Instrução Normativa DREI nº 10/2013, foram alterados pela Instrução Normativa DREI nº 26/2014.

que persista a personalidade jurídica enquanto houver lide. Cabe aos credores prosseguir contra os acionistas, sucessores da pessoa jurídica e o liquidante².

O dispositivo, no inciso II, declara que constituem outras modalidades de extinção da companhia: (i) a incorporação (artigo 227); (ii) a fusão (artigo 228); e (iii) a cisão com versão de todo patrimônio para outra sociedade (artigo 229). São negócios jurídicos em que sobrevive a unidade econômica, porém sob a titularidade de outra companhia, e que acarretam a sucessão legal dos direitos e obrigações da sociedade extinta. Já na incorporação de ações (artigo 252), não ocorre a extinção da companhia, nem a sucessão legal em seus direitos e obrigações, mas a sua conversão em subsidiária integral da sociedade incorporadora.

² PONTES DE MIRANDA. *Tratado de Direito Privado*. t. II, 3ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984, p. 46.

CAPÍTULO XVIII

TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO

SEÇÃO I

TRANSFORMAÇÃO

CONCEITO E FORMA

“Art. 220. A transformação é a operação pela qual a sociedade passa, independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo para outro.

Parágrafo único. A transformação obedecerá aos preceitos que regulam a constituição e o registro do tipo a ser adotado pela sociedade.”

Os sócios têm plena liberdade para escolher o tipo de sociedade mais adequado ao empreendimento que pretendem em conjunto desenvolver. Ao longo da existência da sociedade, razões diversas – regime da responsabilidade pessoal dos sócios, tratamento tributário, maior ou menor flexibilidade para o desenvolvimento dos negócios, etc. – podem levar os sócios à decisão de modificar o tipo de sociedade escolhido originalmente; nada os obriga a mantê-lo indefinidamente. Interessa à economia que o tipo escolhido seja o mais adequado ao desenvolvimento da atividade empresarial, não fazendo sentido deixar os sócios “amarrados” a uma forma jurídica que não mais atende às suas finalidades.

A transformação constitui a operação mediante a qual uma sociedade passa de um tipo a outro, mantendo a mesma estrutura empresarial, sem dissolução e liquidação. Não há, na transformação, alteração na atividade empresarial, no negócio desenvolvido, mas na sua forma jurídica, atendendo a razões de interesse dos sócios. Também não se altera a personalidade jurídica da sociedade, mas